



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 436 - DE 01 A 15 DE JULHO DE 2012 - R\$ 3,00



**Golpe de Estado no Paraguai.
Por um Tribunal Popular
para punir os assassinos e
entregar as terras aos
camponeses**

**100 dias de greve estudantil
na Unifesp Guarulhos:
Responder à ofensiva repressiva
e privatista dos governos!
Defender o ensino público e
gratuito (fim do ensino privado),
e o controle coletivo dos
que estudam e trabalham
sobre a universidade.**



**Eleições e disputa
interburguesa:
PT com Paulo Maluf
- nada de anormal**

Oposição revolucionária a Dilma

Tendências da crise mundial se mostram mais fortes que respostas do governo no Brasil

Os dados sobre a economia brasileira se impuseram às declarações de intenções do ministro da Fazenda, Guido Mantega. O Banco Central refez suas previsões sobre o crescimento do país: segundo o BC, o PIB crescerá 2,5% em 2012. A previsão de inflação é de alta (4,7%). As novas previsões são uma resposta às projeções de três instituições bancárias internacionais, que haviam fixado números ainda menores: a japonesa Nomura fixou 1,9%; o Suíço Credit soltou 1,5%; a britânica Capital Economics lançou 1,7%. Todas elas citaram a desaceleração da economia chinesa, a implosão monetária do Euro e a limitação do endividamento populacional mundial como elementos que imporão a estagnação econômica geral, da qual o Brasil não conseguirá escapar.

O governo tem respondido ao agravamento da crise mundial e suas manifestações sobre o país com medidas semelhantes às adotadas na explosão da crise em 2008. Essencialmente, sua linha é a de subsidiar o grande capital (bancos e multinacionais), cortar gastos com serviços sociais, ampliar financiamento com mais crédito e menores taxas: redução de IPI para linha branca e automóveis, além de corte de IOF sobre empréstimos para pessoas físicas e liberação de compulsórios. Anunciou investimentos de R\$ 8,43 bilhões em compras de equipamentos e máquinas dentro do programa PAC Equipamentos. Reduziu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) de 6% para 5,5% ao ano para estimular os investimentos das empresas. E linha de crédito de R\$ 20 bilhões para Estados.

A redução do IPI levou os preços de eletrodomésticos caírem 7%, aumentando as vendas. Mas esse crescimento se limita ao setor da chamada “linha branca”. A economia em geral não se moveu para cima. O alto grau de endividamento da população (estima-se o endividamento em 27% dos orçamentos domésticos) é um bloqueio para as medidas de estímulo. O que tem ocorrido, inclusive, é um movimento no sentido oposto ao do endividamento, ou seja, aumento da inadimplência. O que pode ser observado por exemplo com os dados sobre os processos de cobranças de condomínios de apartamentos, que dobraram em número em relação ao mês passado, sendo 15,7% maior que do ano passado.

Outro dado importante é o desempenho das bolsas de Valores: São Paulo tem registrado quedas (52.200 pontos no final de junho) e dólar em alta (R\$ 2,09). Oito bancos brasileiros tiveram rebaixamento de suas notas de risco de investimento por agências internacionais. A queda das bolsas é expressão e ao mesmo tempo elemento de pressão geral no sentido da estagnação da economia. A alta do dólar indica evasão de recursos para compensar perdas no exterior, que, de um lado torna as mercadorias brasileiras mais atraentes no comércio mundial, mas, de outro, pressiona a inflação para cima. Sem falar que não adianta muito ter preços mais competitivos num mercado em retração.

A tendência geral é a de que as pressões recessivas se imponham no país. O que levará o governo e os capitalistas a atacarem mais a fundo a vida das massas. A situação exige que se trabalhe em defesa das bandeiras, dos métodos de luta, da

independência política e organizativa dos explorados diante dos exploradores.

Greves 53 federais – Ideli afirma reajuste zero para 2012

A greve dos professores das universidades federais se expande. Já são pelo menos 53 delas paralisadas pelo movimento iniciado em 17 de maio. Na maior parte delas, os estudantes se incorporaram à luta e têm realizado as maiores mobilizações. Os servidores, ainda que tardiamente, se incorporaram à luta. O governo anunciou que não cederá reajuste para 2012, apenas uma proposta para 2013. É bom lembrar que não pagou nem o reajuste referente a 2010.

A greve teve como estopim a degradação profunda da estrutura das federais imposta pelo Reuni, ao lado do não cumprimento do acordo de pagamento do reajuste salarial de 4% referente a 2010, e de um plano de carreira. Em Guarulhos, os estudantes da Unifesp foram a ponta de lança de um movimento que se espalhou pelo país e que deveria desde sempre ser organizado para dar um caráter de luta geral de defesa da universidade pública e gratuita contra a política privatista e destruidora do ensino público do governo federal. As condições aviltantes de ensino e pesquisa nas federais empurraram os professores para o choque, não desejado, contra o governo. As direções do movimento, em maior ou menor grau, procuraram de todas as formas negociar com o governo antes de mobilizar os que estudam e trabalham. Deram prazos e os prorrogaram até além do limite. A explosão de greves em quase todas as universidades mostra a gravidade da situação, que ultrapassou as expectativas das direções. Mas não sua política e seu corporativismo.

Apesar de crescer, a greve não conseguiu alcançar a defesa estratégica da escola pública como bandeira geral das massas oprimidas contra o governo e a burguesia. As direções se negaram a trabalhar a política de estatização sem indenização da rede privada e controle dos que estudam e trabalham, condição para se avançar rumo ao ensino público e gratuito para todos. Pelo contrário, trabalham para desviar o movimento de suas pautas originais para dois pontos plenamente negociáveis com o governo, submetendo-se à política econômica geral de apoio ao grande capital e cortes de gastos públicos: o plano de carreira e os 10% do PIB para a educação. Por essa via é que se dará o abandono da luta pelo reajuste salarial, contra o sucateamento do Reuni, etc. e se levará o movimento para a via da pressão parlamentar e divisão entre os trabalhadores.

Eleições, CPI do Cachoeira e Mensalão: disputa interburguesa

Frações da burguesia têm exercido pressão sobre o poder judiciário no sentido de apressar o julgamento do mensalão petista. Tudo indica que será votado em agosto. Isso para permitir sua utilização pela oposição burguesa (PSDB) como instrumento na disputa eleitoral das prefeituras com a aliança

petista. Até mesmo os protocolos de ordem na votação (colocar Cesar Peluzo para votar antes de sua aposentadoria iminente) devem ser alterados para facilitar a condenação.

A CPI do Cachoeira prossegue seus trabalhos condicionada pelas decisões judiciais que garantem o silêncio para várias testemunhas ao depor, pelas claudes de apoio de parlamentares da própria CPI aos bandidos investigados, pelas necessidades de manter os figurões dos partidos à margem de qualquer punição. Demóstenes do DEM será cassado e usado como boi de piranha: vão sacrificá-lo para poder acobertar os demais envolvidos.

As massas não se voltaram para as disputas entre as quadrilhas no parlamento. A crise econômica ainda não se agigantou ao ponto de romper com o protocolo do acobertamento geral da bandidagem parlamentar. A tendência de abafamento predomina sobre os choques dos bandos.

A CPI do Cachoeira comprova que o Estado brasileiro é controlado por quadrilhas burguesas, que usam a corrupção como engrenagem fundamental dessa máquina, e que só serão julgados e punidos pelas massas em sua jornada pela revolução proletária.

As articulações políticas nas disputas às prefeituras, principalmente SP, expressam com maior relevo as movimentações das frações burguesas. A disputa municipal é vista como um preparativo para a disputa presidencial de 2014. Nesse quadro, o PT tenta impor sua aliança sobre a oposição burguesa. Sabe que a cidade de São Paulo (depois

disso o Estado) tem papel vital nessa disputa. Por isso, de ambos os lados, vale tudo.

O PT buscou apoio de Maluf e seu PP para ter mais tempo de TV. Lula não se inibiu em ir beijar a mão do grande larápido da politicagem burguesa e levar Haddad como seu acompanhante. O que causou uma crise na aliança com o PSB, que viu Erundina aceitar a aliança e depois rompê-la, certamente a partir de uma contabilidade eleitoral inconfessável, já que era aceitável a aliança com o malufismo, presente no governo de Lula desde sempre, mas não com seu criador.

Repressão às massas serve para preparar o terreno

A onda repressiva que se desenvolve no país e se expressa na lei antigreve, na repressão policial às greves, no assassinato de lideranças de sem-terra, no despejo violento de sem-tetos, na repressão e perseguição política a estudantes, tudo isso serve para impor o governo e sua política aos oprimidos. Diante da crise, as necessidades dos capitalistas são de ofensiva geral contra as massas. Não se podem admitir movimentos de resistência que impeçam ou sequer atenuem as medidas de resposta da burguesia à crise. A repressão prepara o terreno de mais medidas de ataque às massas em benefício dos capitalistas. Para os explorados, ou se organizam para combater com os métodos da luta de classes as medidas e a repressão capitalistas ou pagarão caro pela crise do sistema baseado na exploração do trabalho assalariado.

PT com Paulo Maluf – nada de anormal

A aliança do PT com o PP de Maluf nas eleições municipais de São Paulo causou arrepio em uma parcela de petistas que ainda se diz de esquerda. O eleitoralismo e o oportunismo carreirista foram admitidos como inevitáveis para um partido que se propôs governar o país. Em nome da política reformista, do distributivismo, das ações afirmativas e da inclusão social, os petistas acreditavam que valia a pena se unir com as forças mais díspares da burguesia. Mas os seus cálculos não chegavam ao ponto de se venderem tão descaradamente ao ex-adversário Maluf.

A candidata a vice de Fernando Haddad, Luiza Erundina, do PSB, renunciou ao cargo. Não aceitou a forma como o PT fez a composição com a velha figura da ditadura militar, com o corrupto e burguês execrável. Em suas brandas palavras, estar ao lado de Paulo Maluf seria “incômodo”. O que diria para sua base que a acha uma “socialista” coerente? Perderia muitos cabos eleitorais do PSB? Possivelmente, sim.

Há o risco de Fernando Haddad ser derrotado por José Serra. Imaginou! Perder em companhia de Maluf seria inglório. Mas Lula põe fé na aliança. Com mais tempo para propaganda eleitoral e com apoio de setores do comércio que são malufistas, o Haddad poderá sair lá do fundo. As mãos de Maluf o ergueriam da catacumba. Se for para vencer, porque não aceitar as exigências do dono do PP e afastá-lo da aliança com Serra? Afinal, o malufismo compõe a base do governo Dilma e serviu muito bem ao de Lula.

Lula é dono do PT, como Maluf é do PP. Podem tratar de um acordo de conveniência por cima de todos. Nem mesmo informou a Sra Erundina de como seria o trato, o cachê, o encon-

tro, a fotografia, o afago. O Sr. Haddad como bom discípulo de Lula deu os cabelos negros bem cuidados para Maluf acariciar em pleno jardim de sua mansão. Que importância tem se o homem carrega mil processos por corrupção, se esteve preso ainda que por alguns dias, se é procurado pela Interpol, se foi agente da ditadura, se sob seu governo ocultaram-se corpos dos militantes de esquerda no cemitério de Perus assassinados nos porões do Doi-Codi? Tudo isso perde importância diante da necessidade de Lula tornar viável a candidatura de Haddad.

Os petistas que ainda guardam algum rancor ao malufismo estão em atraso com o desenvolvimento político do PT. Devem se ajustar ao que de fato já existe. Não se pode conservar o petismo no poder sem garantir as alianças que permitiram a Lula governar. Com Dilma Rousseff, vigora a mesma base aliada. Nesse sentido, Maluf tem razão quando diz que hoje já não se faz diferença entre esquerda e direita. Tudo é questão de oportunidade. Em tom de zombaria, a velha raposa direitista pôde dizer: “perto de Lula, sou comunista”.

Maluf queria que Geraldo Alckmin presenteasse ao PP mais cargos no governo do estado de São Paulo. A negociata não prosperou. O PR do Sr. Valdemar Costa Neto, também conhecido pelo histórico de corrupção, que serve a uma das igrejas evangélicas, decidiu se unir ao PSDB em São Paulo. Alckmin lhe regalou com cargos e permitiu ao PR mostrar seu descontentamento perante o PT devido à perda de cargo no governo federal em consequência do escândalo de corrupção. Essa aproximação dificultou as negociações de Serra com Maluf, que não teve problema em oferecer seus

préstimos à candidatura de Haddad. Dilma Rousseff atendeu prontamente as exigências de Maluf.

Eduardo Campos, cacique do PSB, havia imposto uma série de condições à direção nacional do PT para montar coalizões. Em São Paulo, pleiteou o cargo de vice, que seria ocupado por Erundina. Estava tudo certo. Haddad e Erundina posaram para os jornais. Em seguida, Maluf declarou-se favorável à união eleitoral com Haddad.

Mais uma vez Lula foi decidindo por cima do PT, como sempre fez. Os petistas descontentes e preocupados por suas carreiras nada puderam fazer. Portanto, que se ajustassem às decisões do caudilho. Em São Paulo, afastou Marta Suplicy que exibia 30% de intenções de votos, indicando a candidatura do desconhecido ex-ministro da Educação Haddad. Valeu o precedente vitorioso. Quando Lula indicou Dilma Rousseff para a presidência contra Serra, esta também era desconhecida. Cabia ao caudilho Lula mudar seu destino eleitoral. Por que agora não pode ocorrer o mesmo? O problema estava em montar a máquina eleitoral, por meio das alianças sem fronteiras. Haddad é mais manejável que Marta Suplicy e seu grupo. Por outro lado, não é bem vista pelos evangélicos. Lula queria que as negociações fossem amplas e irrestritas. Se não foi possível obter as mãos dos evangélicos arregimentados pelo PR, o PP preencheria a lacuna.

A política burguesa nas disputas eleitorais não exige nenhuma definição programática, ideológica, moral ou ética. O PT gostava de se auto-intitular de partido democrático, ético, e comprometido com os trabalhadores em contraposição aos velhos partidos da burguesia. Mas não resistiu aos primeiros testes da disputa eleitoral e do exercício do poder. Contraiu as relações burguesas dominantes no seio do Estado. Passou a reproduzi-las. Oligarquizou-se. Escancarou as portas para todo tipo de arrivista. O PT foi tomado por camarilhas de parlamentares, governadores, prefeitos e burocratas sindicais que se movem de acordo com os interesses de grupos capitalistas e de quadrilhas que parasitam o Orçamento da União. Cumpriu, assim, a trajetória histórica de qualquer partido da burguesia – expressar a grande propriedade dos meios de produção, a brutal exploração das massas e o domínio do imperialismo.

Para governar sob essas condições, o PT teve de aprender a arte da corrupção, de tornar-se em ágeis negociadores, de apagar fronteiras, de misturar-se com ruralistas, evangélicos, empreiteiros, etc. Os petistas descobriram que a política burguesa é uma só. As múltiplas espécies não passam de variantes da mesma matriz.

O PT nasceu sob a difusa política pequeno-burguesa democratizante, que expressava a pequena propriedade e a classe média. Os operários sindicalistas assumiram essa diretriz. Não por acaso, Lula ganhou notoriedade não só como dirigente de greves opositoras ao regime militar, mas também por ser anticomunista. Apoiado nas organizações sindicais, potencializou a política pequeno-burguesa, ou seja, impulsionou o partido eleitoral.

A enorme crise dos velhos partidos burgueses que se curvaram diante do regime militar permitiu a criação e ascensão do PT na abertura democrática. O reformismo pós-ditadura foi

embalado pelas ilusões democráticas despertadas nas massas, tendo o caudilho Lula à sua frente. Mas a política pequeno-burguesa não se sustenta por si só. Tem de se apoiar na política burguesa, a começar pelo financiamento eleitoral e pelo profissionalismo parlamentar. A mutação veio rápida. O partido que ostentou o nome “trabalhadores” não era outra coisa senão um partido pequeno-burguês convertido em burguês. O seu destino foi e é o de qualquer partido da classe capitalista. Servir de instrumento de opressão da minoria exploradora contra a maioria explorada.

Aqueles que ainda se acham de esquerda – há quem se diz marxista e trotskista – e persistem na trilha do PT não fazem senão se curvar diante do caudilhismo de Lula. Certamente, encontrarão um argumento de “esquerda” para fazer a campanha eleitoral para o Lula/Haddad/Maluf.

O POR rechaça a política burguesa de conjunto. Coloca-se pelo voto nulo programático. E convoca a vanguarda que se destaca nas greves e movimentos populares a construir o partido da revolução e ditadura proletárias. Não se pode ter a menor dúvida que há muito o PT se tornou um instrumento da contrarrevolução burguesa.

PT se vale do PCdoB

O abandono da candidatura de vice-prefeito por Luiza Erundina, abriu espaço para o PCdoB indicar Nádia Campeão. Os estalinistas desistiram da candidatura própria de Netinho de Paula e correram a aceitar a oferta petista. Os vendilhões que ostentam fraudulentamente o nome “comunista” aprenderam que com o PT e com o caudilho Lula têm a ganhar. Provaram das benesses dos cargos no governo federal. Meteram-se no lamaçal da corrupção, ao ponto de ter seu ministro dos Esportes, Orlando Silva, sido posto para fora.

Nádia Campeão é presidente regional do PCdoB e foi secretária municipal de esporte na gestão de Marta Suplicy, em 2001. Também figurou como vice de Aloizio Mercadante na disputa eleitoral para o governo do estado de São Paulo, em 2006. Como se vê, a politqueira estalinista tem um currículo abonado pela política burguesa.

O PCdoB, lembramos, nasceu de uma cisão do PCB sob a alegação de que o partidão havia se degenerado, assumindo a tese da revolução pacífica, portanto, do eleitoralismo. E que negava a sua trajetória ao se afastar do ideário de Josef Stálin. Assim, o PCdoB se levantou como o herdeiro do estalinismo e inimigo mortal do trotskismo. Na década de 70, sob a ditadura militar, meteu-se na aventura foquista do que se denominou indevidamente de “Guerrilha do Araguaia”. O aventureirismo estalinista resultou em uma mortandade de seus melhores quadros. Perseguido pela ditadura e desestruturado, o PCdoB veio a se recompor sob a “abertura democrática”. Assumiu plenamente a via eleitoral. Para isso, contraiu alianças sem nenhuma condição com todo e qualquer partido da burguesia. Não é de estranhar que aceitou como cachorrinho adestrado a candidatura de vice-prefeito depois do PT se unir a Maluf e Erundina fugir da pecha de malufista.

Estamos diante da comprovação histórica de que os estalinistas não têm outra função a cumprir a não ser a de servente da burguesia.

Rio Grande do Norte

A jogatina eleitoral em Mossoró

O governo do Estado, DEM, não conseguiu viabilizar Ruth Ciarline para ser sua candidata a prefeita de Mossoró. Essa possibilidade exigia que Fafá Rosado (DEM) renunciasse à prefeitura e a vice, Ruth Ciarline, assumisse, possibilitando concorrer nas eleições atuais como reeleição. Na impossibilidade de renúncia de Fafá Rosado, Ruth não poderia se candidatar. A manobra do governo estaria em nomear Fafá Rosado como membro do Tribunal de Contas do Estado, mas a fração burguesa que lhe opõe utilizou a imprensa para criar uma opinião na sociedade desfavorável à nomeação, com o argumento de que feria a ética nomear um familiar para uma Instituição que fiscaliza, dentre outras atribuições, as contas do Estado. A Governadora Rosalba Rosado negou a manobra e ela foi inviabilizada.

A candidata do Governo provavelmente será a vereadora Cláudia Regina. Sem densidade eleitoral e pelo fato de não pertencer diretamente à família Rosado, provavelmente o Governo deixará essa candidatura em naufrágio. E apoiará, sem declarar publicamente, a candidatura de oposição à prefeitura atual, a deputada estadual Larissa Rosado (PSB).

Larissa Rosado, portanto, será uma candidatura das oligarquias do estado, que perpetuará a dominação capitalista municipal. O PSB no Estado caracteriza-se como mais um partido da ordem que sustenta o nome de “socialista” no sentido da II Internacional. Ou seja, um governo que se diz voltado para o social, mantendo o sistema capitalista. Esse Partido no RN é dominado por Wilma de Farias, ex-esposa de um membro da oligarquia Maia.

O PT demonstrou mais uma vez sua adaptação ao sistema eleitoral burguês. Aceitou a filiação do reitor da UFERSA Josivam com o único intento de ser candidato à prefeitura de Mossoró em detrimento de seus militantes de vários anos e ligados aos movimentos.

Josivam é um arrivista. Entraria em qualquer Partido que fosse forte eleitoralmente e permitisse sua candidatura a prefeito. Assim, paquerou primeiro com PSB. Na inviabilidade de sua candidatura por essa legenda, somente filiou-se ao PT com a garantia de sua escolha para a disputa ao executivo municipal pela legenda.

Entretanto, logo houve reação. O problema é que o PSB faz parte da base de sustentação do governo federal e os interesses eleitorais locais foram tensionados com a decisão do PT de Mossoró de lançar candidato próprio. A deputada Fátima Bezerra (PT) usou sua influência política para forçar a aliança com o PSB. Pois há um acordo dela na troca de apoio para sua candidatura a reeleição a deputada federal.

Dessa maneira, foi colocado publicamente o acordo do PT nacional com o PSB na troca de apoios por todo o Brasil. A fração dirigente do PT usou o Encontro Nacional para disciplinar o PT de Mossoró. O problema prático do PT é que o PSB o está apoiando em 30 municípios, incluindo São Paulo, em troca do apoio do PT ao PSB em 7 municípios. Somente em Mossoró e em Caxias houve resistência do PT local em cumprir o acordo. O Encontro nacional disciplinou ambos.

Como se vê, a filiação e a priorização de um arrivista em detrimento dos ativistas, o apoio a uma candidatura da oligarquia, a centralização burocrática expõe o quanto o PT está adaptado à ordem e a sua oligarquização.

O PSTU não tem candidato, pois não possui organização partidária na cidade. Não sabemos se se pronunciará sobre as eleições na segunda principal cidade do RN.

O PSOL apresentou a candidatura de Cinquentinha. Senhor distanciado das lutas na cidade, dono da legenda na cidade, escolheu a si próprio como candidato a prefeito pela legenda. O PSOL não participa dos movimentos de luta dos trabalhadores na cidade. Ao contrário do PT das origens que cresceu e se desenvolveu liderando as lutas dos trabalhadores, o PSOL em Mossoró é um partido para disputa das eleições. Apresenta-se sozinho nas eleições, depois de ter fracassado sua aliança com o PSDC.

O último candidato proposto é do PSDC que não merece consideração, uma vez que trata de um partido de aluguel. O fato do PSOL tentar uma aliança com um partido que não possui clareza ideológica e baseado não em ideias mas na tentativa de potencializar-se eleitoralmente, demonstra a adaptação desse partido ao processo eleitoral burguês.

A posição do Partido Operário Revolucionário (POR) é a defesa, nessa conjuntura, do voto nulo programático.

Acordo Coletivo Especial: projeto-lei da burocracia sindical cutista

No Jornal Massas 435, iniciamos nossa análise sobre o Acordo Coletivo Especial, um projeto de lei que foi encaminhado ao Congresso Nacional por iniciativa da burocracia sindical do ABC. Concentramos nossa crítica nas justificativas ideológicas, utilizadas para fundamentar a conciliação de classes, como uma via do novo sindicalismo. Demonstramos que se tratava de uma política de estatização dos sindicatos e eliminação da democracia operária. Analisamos os 5 primeiros aspectos. Agora, damos prosseguimento.

6. “Responsabilidade social”

O Acordo Coletivo Especial (ACE) explicita o que a

burocracia já vinha propagandeando. Diz que a chamada “responsabilidade social das empresas traz a compreensão de que as metas econômicas visadas possuem maiores chances e mais sustentabilidade num país onde as pessoas tenham asseguradas as condições básicas de alimentação, educação, saúde, etc (...) E isso só acontece onde existe respeito ao trabalhador... disposição permanente ao diálogo e à negociação”.

Aqui a máscara da burocracia colaboracionista cai por terra. Idealiza um País das maravilhas, onde os capitalistas se preocupam com o bem estar dos operários e de suas famílias e onde o respeito, o diálogo e as negociações são

permanentes. Quer iludir os explorados que no capitalismo é possível a convivência harmônica entre as duas classes antagônicas (burguesia e proletariado). Basta vontade política para se aprovar uma lei que dita a “responsabilidade social”. Essa posição é anticientífica, utópica, portanto, reacionária. As leis que regem o capitalismo (científicas) estão fincadas na base material do sistema econômico. A existência do sistema está calcada na exploração do trabalho e não na “responsabilidade social”.

Enquanto existir a propriedade privada dos meios de produção, a burguesia utilizará de todos os meios para aumentar a taxa de exploração do trabalho (extração da mais-valia). Não é possível extrair o lucro crescente sem aumentar o desgaste físico dos operários e a sua pobreza. A ideia de “harmonia” e “convívio” entre as classes é uma criação ideológica da burguesia para impor à classe operária a passividade e mantê-la submissa. Ao contrário, o choque entre a classe capitalista e a classe operária conduz historicamente para o fim da propriedade privada dos meios de produção e sua transformação em propriedade social (coletiva).

Como se vê, não se trata de buscar “a responsabilidade social” e a “harmonia” entre forças antagônicas, mas a extinção da exploração do trabalho e com ela a extinção das classes. O que se deve defender é uma sociedade harmônica e esta só poderá vir com o socialismo.

7. “Diferenças”

O documento apresenta as diferenças entre o Acordo Coletivo de Trabalho, previsto na CLT, e o Acordo Coletivo Especial. O objetivo é mostrar que o ACE está ligado às condições de uma empresa e não de uma categoria. Afirma que *“No caso do Acordo Coletivo Especial proposto, somente um sindicato profissional e uma empresa do correspondente setor econômico poderão celebrá-lo, desde que haja uma motivação específica que atenda a vontade das partes”*.

Trata-se, portanto, de acordos por empresa. São justificados como “motivação específica”. Na verdade, diante dos problemas alegados pelos patrões (queda de vendas, alto custo de produção, excesso de mão de obra, etc.) e as ameaças de demissões, os dirigentes sindicais e a representação no local de trabalho serão convocados para acordos específicos. Os empresários ficarão protegidos pela Lei do ACE e os operários à mercê de acordos de redução de jornada, de salário e de suspensão do trabalho e outros da mesma natureza. Essa é a maior recompensa que a burocracia sindical poderá ofertar para os capitalistas. A CLT, nesse sentido, atrapalha a ação colaboracionista dos burocratas.

Os burocratas pró-patronais precisam falsificar os fatos para alegar “motivações específicas” para se ter acordos por fábrica (Acordo Coletivo Especial). O sindicato nunca foi impedido de fazer acordos particulares desde que de fato sejam particulares. Para isso, não é preciso modificar a CLT. O que estão chamando de “motivações específicas” não são específicas. Querem relativizar a legislação geral. É a chamada supremacia do “negociado” sobre o “legislado”. Assim, um acordo de fábrica pode reduzir a jornada de trabalho e reduzir o salário, pode deixar de pagar o 13º, licença maternidade integral, etc. O patrão diz que seus ne-

gócios não vão bem e, portanto, cabe aos Comitês Sindicais fazerem um acordo específico, que pela atual legislação trabalhista seria impeditivo.

Nota-se que a “motivação específica” não vem da necessidade dos trabalhadores e sim da necessidade do capital. Cabe aos explorados se ajustarem a ela. Esse projeto de lei mostra que a burocracia passou a ser uma administradora dos interesses da classe capitalista contra os interesses do proletariado.

8. “Principais Virtudes”

Entre as principais “virtudes” se encontram os Comitês Sindicais de Empresa. Diz que *“poderão estabelecer, com segurança jurídica, normas e condições específicas de trabalho... goza de liberdade para fixar particularidades que nenhuma lei mais detalhista que seja conseguiria definir com eficácia”*.

Como se vê, os acordos dependem da constituição dos Comitês Sindicais (CSE), que são os braços da burocracia no interior das fábricas e organismos aceitos pela patronal. A burocracia sindical e o CSE assinarão os acordos por empresa, que só servirão para flexibilizar a jornada, precarizar as condições de trabalho. Não há nenhuma garantia de estabilidade para os operários. Há sim garantia de que não haverá nenhuma manifestação ou greve no interior da empresa.

Os Comitês Sindicais manipulados por burocratas e patrões são uma arma contra a classe operária em geral. Servem para fragmentá-la e bloquear a ação de conjunto diante da exploração do trabalho. A burocracia almeja um sistema sindical completamente atomizado por acordos fabris, de maneira que não se veja na contingência de convocar assembleias gerais e greves de toda a classe. A conciliação no interior de cada fábrica dá um poder autoritário extraordinário aos burocratas sobre os operários, que dependem dos empregos e temem se revoltar contra as medidas de colaboração de classe.

O documento apresenta uma outra “virtude”: “Autonomia das partes”. O Acordo Coletivo Especial *“reconhece o direito de sindicatos organizados a partir do local de trabalho e empresas de criarem normas que resolvam boa parte de suas demandas onde elas se manifestam, o local de trabalho”*. Trata-se de uma *“iniciativa em direção a um processo de transição da velha legislação para outra que valorize e estimule a autonomia das partes”*.

A burocracia pretende estabelecer um marco legal que dê segurança a ela e os patrões de sufocar a luta de classes no âmbito do local de trabalho. Os capitalistas teriam de aceitar os Comitês Sindicais de Empresa e os sindicatos teriam de respeitar os limites impostos pela propriedade privada dos meios de produção. A “autonomia das partes” não passa de uma falsificação. O capitalista determina unilateralmente o funcionamento da produção e de seus negócios. Conta para isso com o sistema geral de exploração do trabalho, com o conjunto da legislação e com o Estado. Os Comitês Sindicais não podem ter autonomia, uma vez que têm de estar ajustados ao direito de propriedade do capitalista.

A burocracia, na verdade, se constitui numa casta autônoma perante a classe operária e dependente perante a clas-

se capitalista. Está aí por que defende a via da conciliação de classes contraposta à luta de classes. A conciliação tem por conteúdo a submissão dos explorados aos exploradores. Uma organização sindical baseada na conciliação institui organismos dependentes da propriedade privada dos meios de produção e do processo econômico da exploração do trabalho. É o que se passa com os Comitês Sindicais.

As experiências do proletariado brasileiro em sua luta pela organização independente foram das comissões de fábrica, cujo objetivo não era o de fazer acordos locais, mas sim o de organizar o conjunto dos operários por meio de uma rede de comissões fabris. Essa forma organizativa tem por conteúdo a independência política e como método a luta de classes.

Por fim, as demais “virtudes”: “adesão voluntária” e “representatividade”, são acintosas. Diz que “somente sindi-

catos profissionais e empresas que possuem e comprovem práticas sindicais democráticas estarão qualificados à negociação coletiva nos moldes da proposta”.

De que sindicatos e empresas os burocratas estão se referindo? O sindicato metalúrgico do ABC, que propõe o ACE, é constituído de uma camarilha profissional. Não há eleições diretas para a direção do sindicato. Foram substituídas pelas indiretas, por meio dos Comitês Sindicais. Primeiro elegem-se os comitês, depois forma-se a chapa única da burocracia. As assembleias são rodeadas de bate-paus dos pelegos. Falam-se somente aqueles que a burocracia ordena. Os congressos são de fachada e, geralmente, usados como tribuna para o governo do PT e seus politiqueiros. A democracia no sindicato e das empresas é a mesma: contra a classe operária e a favor dos interesses do patronato.

Campanha salarial dos metalúrgicos do ABC

Uma campanha que nasceu com os dias contados

Os metalúrgicos têm data-base no segundo semestre. A direção do sindicato realizou a assembleia no dia 20 de junho, sem empenho para que fosse massiva. Limitou-a a uma reunião na sede do sindicato. Com um pequeno punhado de dirigentes dos Comitês Sindicais, a burocracia aprovou a sua pauta de reivindicações e o valor da taxa negocial. Anunciou que as montadoras estão fora dessa campanha porque o acordo foi para dois anos (2011-2012). Apesar de todos os problemas envolvendo os operários das montadoras, demissões, redução da jornada com redução salarial, etc., esse setor importante está excluído da campanha salarial. Portanto, a burocracia mantém a divisão em grupos e anunciou uma campanha restrita aos grupos que não assinaram os acordos bianuais.

Sem índice de perdas salariais

Na lista de reivindicações, constam a reposição integral da inflação e aumento real de salário. Não há índices de perdas salariais. A reposição da inflação é o que os patrões têm concedido normalmente. Como os cálculos são pela média dos preços, a inflação permanece baixa. Se se levar em conta os preços das mercadorias de primeira necessidade, aluguel, transporte e outras tarifas, a correção pela inflação é muito superior. A recomposição salarial implica as perdas e a inflação real. A partir daí é possível extrair um índice a ser reivindicado.

A burocracia sindical foge desses cálculos, porque basta obter a correção da inflação oficial para assinar os acordos e pôr fim à campanha salarial. Por isso, há muito que os metalúrgicos não reivindicam um verdadeiro índice de correção salarial.

Piso e jornada de trabalho

Mais uma falcatura dos burocratas sindicais. Não reivindicam um piso único para todos os metalúrgicos. Os operários das montadoras têm um piso e das autopeças outro. Mas todos tiveram um rebaixamento no valor dos pisos. Esse cálculo para recomposição geral do piso não é apresentado para os trabalhadores. Para a burocracia, é melhor

apresentar na pauta de reivindicações o conceito vazio de “valorização do piso”. Assim, qualquer quirela pode ser cantada como vitória.

Sobre a jornada de trabalho, a exigência é que os patrões dos grupos metalúrgicos que não cumprem as 40 horas semanais passem a adotá-la. Isso está longe da necessidade de preservar a força de trabalho da brutal exploração capitalista.

Único ponto da pauta que é concreto: valor da taxa negocial

Como parte da pauta, o valor da taxa negocial foi fixado. Nada de deixar vago! O valor será de 4%. Uma quantia suficiente para encher os cofres do sindicato. Nenhum gasto de recursos para impulsionar a campanha salarial. E mais dinheiro será arrancado dos salários dos operários em nome da taxa negocial. O sindicato metalúrgico do ABC, filiado à CUT, diz que é contra o imposto sindical, mas compulsoriamente retira 4% dos trabalhadores.

Lamentos e alentos da burocracia

Os dirigentes do sindicato não poderiam encerrar a assembleia de campanha salarial sem lamentar a situação econômica. O vice-presidente, Rafael Marques, pediu empenho e compreensão. Disse que o “setor automotivo sofreu retração”. Mas destacou que o Plano Brasil Maior do governo Dilma Rousseff e o Arranjo Produtivo Local (APL) de ferramentaria incentivarão os créditos e estimularão as autopeças. Sem a presença dos metalúrgicos de base, os alentos serviram para reafirmar o quanto apoiam as medidas governamentais.

Uma verdadeira campanha salarial

A crise econômica vem ganhando força. As demissões começam a crescer. Os empresários querem cortar gastos e, por isso, demitem e não admitem reivindicações de reposição de perdas salariais e redução de jornada de trabalho. A campanha salarial dos metalúrgicos do ABC está condenada ao fracasso. Os burocratas do sindicato se recusam a or-

ganizar uma campanha unificada, que inicia com as assembleias por fábrica e avança para as assembleias unitárias. Estas, sim, é que devem aprovar a pauta de reivindicações e as formas de conquistá-las.

Como a tendência do patronato é não atender as exigências dos trabalhadores, o caminho para arrancá-las tem de ser preparado desde já. Daí a importância da organização da greve. Deve ser bem preparada para que seja massiva, forte e combativa. Mas é tudo o que os burocratas não que-

rem. A falta de comissões de fábrica de luta é um obstáculo no combate às posições da burocracia sindical. Os Comitês de Empresa são carne e unha dos dirigentes do sindicato, o que implica também combatê-los. A ausência da política revolucionária no seio da classe operária facilita o seu controle pela burocracia pró-capitalista e pró-governo. Está aí porque é fundamental a luta para impor as comissões de fábricas, eleitas diretamente, independentes da direção do sindicato e sobre a base do programa da revolução social.

Direito de greve: debate na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco/SP

No dia 25 de junho, foi realizado o debate com a presença do PSTU, PSOL, trabalhadores demitidos do Metrô, representantes de sindicatos vinculados à Conlutas, figuras como Plínio de Arruda Sampaio e Valdemar Rossi estiveram presentes. O conteúdo foi centrado no direito de greve e na denúncia do governo e da Justiça que utilizam a legislação para conter os movimentos. Evidenciou-se, também, a necessidade de uma campanha nacional pelo direito de greve, manifestação e pelo fim das perseguições, demissões e punições. O Partido Operário Revolucionário esteve presente e atuou por meio de um manifesto, que reproduzimos abaixo.

Manifesto

Por uma campanha nacional pelo direito irrestrito de greve e manifestação

Os patrões, os governos e a Justiça viram que podem usar e abusar da lei de greve para quebrar os movimentos. Agem assim

porque não se deparam com uma resposta geral contrária dos sindicatos e suas direções.

A burguesia descobriu que não tem apenas a repressão policial a seu favor. Pode também usar as multas milionárias que deixam os burocratas sindicais temerosos com a quebra dos caixas dos sindicatos.

O ato político convocado pelo sindicato dos metroviários de São Paulo e pela Conlutas é uma iniciativa mais do que necessária. Esperamos que a partir dessa contestação à lei anti-greve se coloque de pé uma campanha nacional pela derrubada desse instrumento antioperário. É preciso que se lance nessa manifestação do Largo da Faculdade de Direito da São Francisco a bandeira: **Abaixo a lei antigreve!**

A campanha deve ser amplamente organizada e difundida por meio da denúncia e da agitação da reivindicação dirigida ao governo do PT de fim da legislação que impede o direito dos trabalhadores resistirem à exploração e à opressão capitalistas por meio da ação grevista. É necessário que os sindicatos independentes do Estado constituam um comitê nacional e comitês regionais para desenvolver a campanha. Uma tarefa de denúncia é a de se fazer um levantamento de todas as greves que padeceram com as multas e as exigências de retorno forçado ao trabalho.

Notamos que, via de regra, os dirigentes sindicais usam a própria determinação da Justiça para suspender a greve. Justificam perante os trabalhadores que o sindicato não pode ter suas finanças confiscadas pelo Estado. Assim, vêm nessa medida antigreve uma maneira de evitar que os trabalhadores continuem paralisados e radicalizem o método da ação direta. Os burocratas fogem da greve como o diabo da cruz. Estão acomodados no aparato sindical e ali se perpetuam como seus donos. O dinheiro do sindicato não é arrecadado para orga-

nizar a ação coletiva dos explorados, mas para alimentar os parasitas que se corrompem facilmente na política burguesa.

Essa situação é que explica por que a burguesia e seus governos puderam impor em junho de 1989 a Lei nº 7.783, sob o governo de José Sarney. E, em 2004, recrudescê-la com a Emenda Constitucional nº 45, sob o governo Lula. A Justiça do Trabalho ganhou poderes ditatoriais de julgar e processar as greves. Os dissídios forçados já têm de antemão um resultado: o juiz determina a volta ao trabalho e se o sindicato não acatar aplicam-se as multas draconianas, que alcançam a casa dos milhões. A indústria das multas antigreve é uma aberração autoritária, que funciona como se fosse a maior das normalidades.

Antes dos juízes recorrerem à punição financeira, a greves já nascem condenadas por uma série de proibições, determinadas pela lei, pelas emendas e pelos aditamentos. Chegou-se ao ponto de a lei interferir nos estatutos dos sindicatos, que devem “prever as formalidades de convocação e o quórum para a deliberação, tanto da deflagração quanto da cessação da greve”. A regulamentação de funcionamento da greve e seu caráter anulam a capacidade de luta dos trabalhadores perante a classe capitalista e o governo, altamente blindados pelos instrumentos de repressão do Estado.

O movimento grevista que seguir as prescrições da Lei estará derrotado já de início. O artigo 1º da Lei 7.783 que diz “é assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por dele defender” não passa de uma formalidade. Não há direito de greve. É preciso, portanto, que o movimento sindical se coloque seriamente a bandeira de **Conquista do direito irrestrito de greve.**

Os ataques dos patrões, do governo e da Justiça às greves resultam em criminalização do movimento social. Além das

multas, os exploradores se utilizam de processos criminais, prisões e demissões. A emenda nº 45 do governo Lula deu à Justiça poderes de criminalizar os lutadores. É necessário estabelecer a ligação da Lei antigreve e das punições com o avanço do autoritarismo sob o Estado de direito e a democracia parlamentar. Destaca-se a criação da Força Nacional de Segurança, também criatura de Lula, que mostrou sua verdadeira função ao intervir nas greves de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte. Essa mesma polícia reforçou a militarização das favelas do Rio de Janeiro. É sintomática a invasão policial da Unifesp/Guarulhos, prisão de estudantes e abertura de processos criminais. Um pouco antes, o governo do PSDB jogou a tropa de choque sobre o movimento da USP e também enquadrando criminalmente os estudantes. O enquadramento da vanguarda estudantil como “formadora de quadrilha” indica o quanto o tal Estado de Direito falsifica os fatos e julga os seus réus a partir dessas falsificações.

O agigantamento do aparato repressivo sob a democracia, que sucedeu a ditadura militar em 1985, foi sendo incrementado paulatinamente. O recuo do movimento operário, popular e estudantil no período de estabilidade econômica permitiu o

avanço do autoritarismo. Eis por que é preciso responsabilizar o governo do PT que chegou ao poder do Estado prometendo democratizá-lo. Não fez senão o contrário. A burocracia sindical que serve de sustentação a esse governo, por sua vez, se adaptou à política repressiva. Não se questionou a Emenda nº 45 e a instituição da Força Nacional de Segurança. Todos se calam perante a bárbara militarização das favelas do Rio de Janeiro.

A retomada da crise e os novos desequilíbrios econômico-financeiros, ainda que iniciais, têm impulsionado as lutas grevistas e manifestações estudantis e populares. A nova situação que se abre na luta de classes evidencia o quanto a burguesia aperfeiçoou seu aparato repressivo e judicial. Sem dúvida, as massas enfrentam ações muito mais contundentes. Os sindicatos vêm sentindo a mão de ferro da Lei antigreve e da Justiça do Trabalho.

Não há outro caminho para reagir à ofensiva autoritária a não ser recuperar o terreno perdido por meio de movimentos que se chocam e não se curvam diante das brutais medidas do Estado.

Por uma campanha nacional pelo fim da Lei antigreve!

Pela revogação de todas as multas, punições e processos contra as greves e grevistas!

Marcha na “Cúpula dos Povos” no Rio de Janeiro

Houve uma grande marcha no dia 20 de junho no centro do Rio de Janeiro. Estimamos que em torno de dez mil manifestantes tomaram toda a av. Rio Branco, com concentração na Igreja da Candelária e chegada à Cinelândia.

Desde as duas horas da tarde, se concentravam ativistas da organização “Cúpula dos Povos”, que ocorreu paralelamente às atividades oficiais da Rio+20. Militantes de organizações ambientalistas, ONG’s e movimentos como os quilombolas e indígenas tomaram a entrada da Igreja da Candelária. O protesto inicial tinha o tom do ecologismo oficial do GreenPeace e outras organizações como SOS Mata Atlântica. Tratava-se, portanto, de um ato organizado sob as bandeiras do reformismo. A crítica ao Código Florestal, às construções das hidrelétricas e ao “capitalismo verde” deram o tom na primeira hora do ato. Por esse caráter, pequeno-burguês, predominava o clima festivo e “multiculturalista” - as bandeiras ligadas aos movimentos sociais e à bandeira estratégica de destruição do capitalismo sequer foram levantadas.

Próximo das três horas, duas centrais compareceram com importantes fileiras; tratava-se da UGT e da CTB – ambas com o discurso da soberania nacional, com gritos de “a Amazônia é nossa” e pregando o desenvolvimento sustentável. Compareceram, portanto, como porta-vozes oficiais do discurso do governo petista. As palavras de ordem contra o imperialismo e a destruição das fontes de energia, de água, etc. não podia ter qualquer consequência, tendo em vista a defesa e a colaboração com um governo pró-imperialista, como o de Dilma Rousseff.

Importância teve na marcha a participação de funcionários e estudantes das universidades em greve. Além das federais do Rio, havia um destacamento importante da Universidade Federal de Ouro Preto. Entretanto, a marcha não assumiu integralmente as bandeiras dos movimentos grevistas. Essa ala dirigida pela Conlutas/ANEL/PSTU alternava as falas de defesa da educação com as de acusação do governo de Cabral. Materiais do PSTU destacavam a participação nas eleições municipi-

pais do Rio, como saída contra a corrupção reinante –evidente eleitoralismo.

Compareceu também uma ala importante do MST e de movimentos de estudantes e trabalhadores ligados ao problema da terra.

A marcha, por esse breve retrato, não expressou uma unidade em torno de bandeiras ou de problemas gerais. Não pôde ser radicalizada porque circunscreveu-se à caminha pela Rio Branco, fechada pela polícia. Bandeiras do Brasil, das organizações e das Centrais se misturavam a atividades culturais e às batucadas de uma escola de samba. Não foi um ato antiimperialista e anticapitalista. Também não teve como elemento dominante a presença das greves e movimentos em curso no país. Apareceu como um ato simbólico de oposição à organização da Rio+20, sem, contudo, opor-se em essência ao evento realizado pelos governos burgueses. Seu conteúdo foi pequeno-burguês e, embora massivo, não apontou para uma agenda ou para uma plataforma de lutas, mesmo que restrita ao problema ambiental.

Os materiais do POR foram os únicos a apontar as causas da degradação ambiental e mostrar o papel das organizações burguesas e pequenos burgueses no processo de destruição do homem e da natureza. Da mesma forma, apenas nossos manifestos em torno das greves das federais expressaram a luta que transcorre em nível nacional, apontando para os métodos da ação direta.

Ao mesmo tempo em que se evidenciou o poder de mobilização de várias organizações, mostrou-se também a impotência de suas políticas. O exitismo dessas organizações com a “Cúpula dos Povos” reproduz o mesmo exitismo com as possibilidades dos Fóruns Sociais Mundiais, já realizados. Convergem, portanto, para uma política reformista e pequeno-burguesa que é oposta à resposta proletária, de destruição do modo de produção capitalista e edificação de uma nova sociedade, a partir do socialismo e do governo operário e camponês.

Bahia - Greve das universidades federais se fortalece em todo o país

É preciso avançar na discussão da crise da educação e no método de luta

A greve das universidades federais ultrapassou os quarenta dias, alcançando cerca de 95% dos Institutos Federais de Educação/Universidades Federais e 100% dos Centros Federais de Educação Tecnológica. A pauta discutida pelos professores tem como eixo a reestruturação da carreira docente, os problemas decorrentes da aplicação do REUNI e as condições de trabalho. O ANDES-SN tem centrado a sua campanha na defesa dos 10% do orçamento para a educação pública, denunciando que o governo gasta apenas 3,18% com a educação, enquanto premia os credores da dívida pública com quase 47,19% com juros e amortizações. No dia 28 de junho, foi realizado um ato nas sedes e subsedes do Banco Central nas capitais.

É evidente que a direção do ANDES-SN tem como objetivo pressionar o governo para avançar nas negociações em torno da pauta de reivindicações apresentada. Em nenhum momento, o debate em torno da crise das universidades e da educação pública em geral toca no problema essencial da coexistência entre o setor público e privado, que condiciona as políticas educacionais dos governos federal e estaduais. A criação do PROUNI significa a drenagem de uma soma enorme de dinheiro público para os capitalistas do ensino, enquanto o REUNI, sua contrapartida para as universidades federais, expressa a expansão de vagas sem acréscimo de recursos, em meio à desagregação das condições de ensino e estudo.

Neste sentido, a greve precisa avançar tanto na análise da crise da educação como nas reivindicações apresentadas. Precisa situar a educação no contexto da crise mundial do capitalismo e falência dos estados, precisa questionar a coexistência entre o ensino e privado, causa da destruição da educação pública e dos lucros dos capitalistas do ensino. Mas não só isso: a greve precisa romper com os métodos colocados em prática pela direção do ANDES-SN, e situar-se no campo da ação direta, com manifestações massivas, ocupações de prédios públicos e reitorias, com ações políticas capazes de impor derrota ao governo federal e conquistar todas as reivindicações.

Greve na UFBA completa um mês de luta

No dia 29 de junho, completa um mês da greve dos docentes da Universidade Federal da Bahia. O sindicato é vinculado ao PROIFES e dirigido por membros do PT e PCdoB. Há quase dez anos, a direção burocrática tem imposto uma política de conciliação com o governo federal, transformando-se em instrumento de desmobilização da categoria e de defesa das políticas educacionais dos governos de Lula e Dilma Rousseff (PT). A burocracia tentou por todos os meios liquidar com o movimento grevista, seja desqualificando moralmente a oposição, chamando-os de grupelho e radicais, seja montando uma verdadeira barreira entre a oposição e a base.

Não obstante, a reorganização da Oposição APUB-LUTA, da qual a Corrente Proletária na Educação/POR faz parte, junto com militantes de outras forças políticas, expressou os anseios insatisfações da base em face da destruição das condições de

trabalho e estudo na UFBA. O trabalho de base nas faculdades e cursos, em todos os campi, se mostrou acertado, afastando as tentativas de divisionismo da categoria e de criação de uma nova seção sindical do ANDES-SN, posição defendida por militantes do PSTU, CONLUTAS e independentes, mas rejeitada pela militância do POR. Foi preciso uma dura luta para reorganizarmos a oposição e travarmos a luta contra a burocracia sindical, aprovando a greve em 29 de maio de 2012. Não está afastada a possibilidade de que, em meio a uma derrota da greve, a posição divisionista volte à cena.

Nestas quatro semanas de greve, o comando tem respondido acertadamente as investidas da direção proifiana e intelectuais governistas contra o movimento, desqualificando e não reconhecendo a greve, nem seu comando. Estamos realizando várias atividades, aulas públicas, debates sobre REUNI, propostas de carreiras, salários, EBESERH, conjuntura, dívida pública e outros temas e participando da agenda de lutas dos estudantes, servidores e atos com os professores da Educação básica. Há um forte movimento na Bahia em defesa da Educação Pública e de enfrentamento dos governos estadual e federal, de Dilma Rousseff e Jaques Wagner (PT).

Comando de greve dos docentes da UFBA

A composição do comando de greve da UFBA é dada pela presença de forças políticas como o POR, PSTU, Consulta popular, a Corrente O Trabalho e independentes. Há fortes embates políticos nas reuniões do comando, porém há também uma enorme disposição de unidade na ação para o enfrentamento com a burocracia sindical do PT e PC do B e governo Dilma. O comando está unido por uma compreensão clara de suas tarefas nesse contexto de fortes ataques do governo Dilma aos servidores públicos federais, sob pena de sermos derrotados pelas forças reacionárias e governistas. Estamos respaldados pela base que está conosco desde a deflagração da greve, ou seja, a parte progressista dos professores da universidade chamada velha guarda e os novos docentes, que têm sentido na pele os efeitos da precarização e intensificação do trabalho via REUNI, da perda de direitos históricos como a aposentadoria integral, o alongamento da carreira e os obstáculos à progressão.

Temos estabelecido relações corretas com a base. Acertamos na deflagração da greve no dia 29/06, derrotando a direção que sequer colocou em pauta a greve nacional e manobrou para que a oposição não conseguisse aprovar a greve na UFBA. Acertamos quando puxamos o boicote ao referendo, mostrando à base que se tratava de uma questão de princípio e de defesa da assembleia enquanto uma instância soberana e que o plebiscito/referendo era um instrumento manejado pela burocracia para quebrar a disposição de luta da base e limitar a soberania da assembleia. Acertamos politicamente quando mantivemos nossas assembleias mesmo com o resultado do referendo contrário à greve. Não nos abatemos diante dos ata-

ques e difamações, fomos para a ofensiva contra a burocracia. Acertamos em convocar uma assembleia no salão nobre da reitoria no mesmo dia de reunião do CONSUNI para que o mesmo se posicionasse frente à greve na UFBA, reconhecendo os movimentos reivindicatórios de docentes, estudantes e técnico-administrativos.

Acertamos nas nossas autoconvocações das assembleias com assinaturas dos professores. Acertamos em convocar uma assembleia no mesmo dia, local e horário que a diretoria do sindicato estava chamando para tirar um indicativo de greve e aplicação de um referendo e assembleias permanentes, contrária à nossa pauta que era continuidade da greve deflagrada no dia 29/06, causando estranhamento nos docentes que não compreenderam nossa tática política de buscarmos a unidade para o fortalecimento da greve, pois se marcássemos em outro espaço estaria configurado dois movimentos grevistas na Universidade e estaríamos legitimando a tentativa criminalizadora da direção do sindicato em não reconhecer nosso movimento e contrariando as tendências das bases pela unificação. Para construirmos essa unidade, tivemos de manter a tática revolucionária da frente única de ação contra determinadas tendências no interior do comando nos livrando de evasivas oportunistas e de reservas sectárias.

Assembleia do dia 26/06/2012: desmoralização da burocracia e vitória da greve

A preparação do comando de greve para esta assembleia foi um dos momentos mais difíceis e tensos. Foram várias reuniões com debates políticos para afinarmos o discurso e prática na assembleia autoconvocada pelo comando e convocada pela diretoria com pautas distintas. Era o momento de desenlace da situação criada pela burocracia, uma verdadeira correlação de força entre comando e burocracia sindical. A diretoria da APUB tinha feito a reserva do espaço, publicado no jornal a pauta: indicativo de greve, aplicação do referendo e o que ocorrer. A direção da APUB convidou para esta assembleia o fundador do Proifex, Gil Vicente, docente e presidente do sindicato da UFSCAR. O Proifex foi um racha do Andes, totalmente submetido aos ditames do governo, inclusive seu fundador Gil Vicente elaborou a proposta de carreira para o governo em troca de 370 mil reais. Para que a proposta de carreira do Proifex não fosse irmã siamesa da proposta do governo, intitulou de conjunto de princípios e estrutura remuneratória, deixando vários tópicos vazios, para não se repetir integralmente com a proposta do governo.

Antes da assembleia, uma comissão do comando de greve estava na sede da APUB para acertar detalhes da assembleia, quando o representante do PROIFES chegou e sentou conosco sem saber que éramos do comando, indagando sobre as questões relacionadas à greve e logo percebeu que estava lidando com o comando de greve, que questionou prontamente as posi-

ções do Proifex e da diretoria da APUB contra a greve nacional e da UFBA. Deixamos claro, que a intransigência da burocracia leva cada vez mais à tendência na base de realizar uma assembleia para destituir a atual direção burocrática. Mostramos, enfim, que a direção burocrática era divisionista e atuava para quebrar a greve. Diante disto, o representante do PROIFES, à qual a APUB é filiada, solicitou uma reunião com o comando e direção antes da Assembleia, depois de perceber que o comando estava firme em suas posições e que a direção estava numa situação completamente desfavorável. Na reunião com o representante do PROIFES, o comando demonstrou que os argumentos da direção burocrática não tinham fundamentos e que a greve era legítima e tinha sido aprovada em assembleia. Antes mesmo de começar a assembleia, a direção burocrática recuo e retirou o ponto “indicativo de greve”, tendo em vista que a greve não poderia ser mais ignorada.

Iniciada a assembleia, o comando propôs que a mesa fosse aprovada pelos professores, mas a diretoria resistiu. A base em peso começou a pressionar a diretoria, que recuou imediatamente. A mesa foi composta por dois representantes da diretoria e dois do comando. O comando solicitou mudança

de pauta, que passou a ser informes, avaliação do movimento grevista, pauta local e encaminhamentos. Todas as propostas do comando de greve foram aprovadas pela base. A direção burocrática da APUB mostrou-se completamente impotente e desmoralizada perante a base. A greve foi reconhecida desde a sua deflagração,



em 29 de maio. Foi aprovado que a diretoria publicasse nos jornais uma nota desfazendo as confusões anteriores em torno da greve. Aprovou-se ainda a realização de uma assembleia para retirar o referendo/plebiscito do estatuto. Foram aprovadas moções de apoio à greve dos professores da educação básica, contra as medidas do governo Wagner (PT).

Foi uma assembleia histórica com mais de 400 docentes e outros tantos discentes, alguns técnicos e representantes de entidades. A continuidade da greve foi aprovada por unanimidade sem nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Eles ficaram tão intimidados com as manifestações da base que poucos se inscreveram para manutenção de suas propostas, levaram um banho da base que clamava pela destituição da diretoria e vaiava a cada atitude esboçada pela direção e o dirigente do PROIFES. A direção a partir da assembleia se incorpora ao comando de greve e divulgou na imprensa burguesa que estamos em greve desde o dia 29/05, disponibilizando toda estrutura para greve e liberando o fundo de greve. Foi uma grande vitória da base e do comando de greve.

A experiência nos mostrou o quanto importante é a defesa da unidade grevista e a aplicação da tática de frente única na ação direta.

Fortalecer a luta em defesa da universidade pública! que o governo e a reitoria atendam as nossas reivindicações imediatamente!

O governo federal têm imposto uma política de destruição do ensino público e gratuito, através de medidas mercantilistas e privatistas, que beneficiam setores do capital nacional e internacional, que exploram a educação como mercadoria nas escolas e universidades privadas. Enquanto isso, nas IFES impõe-se a criação de vagas sem recursos correspondentes para as condições de trabalho e estudo, o que tem levado a choques cada vez maiores com estudantes, professores e servidores, quando se colocam em defesa da educação pública e questionam tais medidas.

Os dados são impressionantes: 88% das instituições de ensino superior são privadas (aproximadamente 7 vezes mais que as públicas!); 74,2% das matrículas estão nas redes privadas contra 16% das IFES; 78% do número de ingressantes estão nas redes privadas; apenas aproximadamente 33% dos ingressantes das IFES conseguem concluir. Essa realidade é resultado de anos a fio de subsídios às universidades privadas e de desagregação das públicas. No atual governo de Dilma Rousseff (PT), avança a privatização. Em dezembro do ano passado, foi aprovada a Lei 12.550/2011 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EB-SERH) com o objetivo claro de privatizar os Hospitais Universitários (HUs).

Para fazer valer essa política, os governos encontram seus aliados na burocracia dirigente da universidade que utiliza da repressão e perseguição aberta ou velada contra estudantes, professores e servidores, que se colocam em defesa da universidade pública e reivindicam melhores condições de estudo e trabalho. O que ocorre atualmente com mais força na USP e Unifesp, em São Paulo, tende a se expandir para todo o país, na medida em que o movimento grevista coloque em cheque a política mercantilista e privatista do governo Dilma (PT) e governos estaduais.

Não apenas a burocracia universitária, como também as direções sindicais governistas, conciliadoras e festivas co-

munham da política governamental e a fortalecem quando tentam de todas as maneiras bloquear o inconformismo das bases, como é o caso da direção do sindicato APUB. A atual diretoria já fez de tudo para quebrar a reorganização da oposição e, agora, manobra constantemente para impedir o avanço do movimento grevista.

Primeiramente, tentou desmoralizar a oposição nas listas de debate dos cursos e da UFBA com a ideia de que se tratava de um grupelho golpista e fundamentalista. Quando viram que o “grupelho” expressava a necessidade de organização, mobilização e luta da categoria e encontrava cada vez mais apoio nas bases, tentou-se evitar qualquer iniciativa de adesão à greve nacional. Uma expressiva maioria de professores presentes à assembleia chamada pela direção da APUB aprovou a greve em 29 de maio. Não satisfeita, a direção do sindicato rejeitou compor o Comando de Greve, desconheceu completamente a decisão soberana da base e se utilizou da imprensa para convencer os professores a rechaçarem a greve e continuar trabalhando. Inventou um *referendo* que não existe em lugar nenhum do mundo para sufocar a greve. Agora, diante da legitimidade da greve, pretende discipliná-la, impondo as suas condições, ou seja, para as condições legais para seu definitivo esmagamento.

Como nas outras tentativas, a direção burocrática da APUB não conseguirá destruir a nossa greve. Ao contrário, a situação atual coloca aos professores, estudantes e servidores a necessidade de criar um Comando Unificado que possa centralizar a luta e fortalecê-la com uma pauta de reivindicações comuns, sem desconsiderar as reivindicações particulares, para conquistarmos a vitória. A unidade na luta concentrará num só combate as nossas forças diante das medidas que estão por vir. Não temos dúvidas de que nos bastidores estão preparando uma nova investida contra o movimento grevista. Responderemos com unidade e combatividade, isto é, com a luta.

Bahia

Está em curso a privatização dos hospitais universitários!

Governo Dilma Rousseff (PT) tenta impor a EB-SERH!

Os primeiros dois governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com Lula à cabeça do Governo Federal, foram marcados pela submissão aos contratos assinados por FHC e pelo socorro sistemático aos capitalistas. Foram numerosas as medidas de cunho mercantilistas e privatistas tomadas pelo governo, em que se destacaram, pelo seu conteúdo antioperário, a Reforma da Previdência e a Reforma Sindical. Com elas, impuseram profundos retrocessos aos direitos dos trabalhadores e aposentados e aprofundou-se a fragmentação do movimento operário.

Mas não parou por aí: o governo Lula criou a Força

Nacional de Segurança, que hoje é utilizada para reprimir greves e movimentos sociais, como as do PAC; privatizou bancos estaduais, antes federalizados; não avançou na política de reforma agrária, incrementando a concentração de terras e o poder do agronegócio no campo; manteve uma política de subsídios aos capitalistas do ensino privado, que hoje representam 88% das instituições de ensino superior e 74,2% das matrículas.

Pois bem, o governo Dilma Rousseff, ao contrário de retroceder nas políticas privatistas, tem reforçado essas tendências com a aprovação da Previdência Privada dos servidores

federais em socorro aos empresários do setor, cortou 50 bilhões do setor social, sendo 1,9 bilhão da educação e manteve o arrocho e congelamento dos salários de servidores federais. Se não bastassem as medidas anteriores, em 15 de dezembro de 2011, no apagar das luzes, o governo federal garantiu a aprovação da Lei Federal 12.550, de 15 de dezembro de 2011, autorizando o poder executivo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Nada mais faz que reproduzir no plano federal as iniciativas tomadas em municípios e estados como Bahia, Acre, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe de criação das chamadas instituições estatais de direito privado para gerir serviços públicos, em particular na área da saúde, a partir da lógica de funcionamento das empresas capitalistas. Vale ressaltar que em 2007, o governo petista já tinha proposto a criação das Fundações Estatais de Direito Privado (FEDP). Coube a Dilma Rousseff se encarregar de por em prática a medida essencialmente privatista.

A EBSERH, caso seja aprovada pelo Consuni, abrirá a oportunidade para medidas como transferência de patrimônio público, flexibilização de direitos dos trabalhadores do serviço público, financiamento de políticas sociais mediante a celebração de contratos de gestão, captação de recursos com venda de serviços, inclusive de setores privados, patrocínio de entidade fechada de previdência privada

Bahia

Uma das maiores greves do estado da Bahia

Professores da educação básica resistem bravamente

Os professores estão em greve há mais de 76 dias, com salários cortados e planos de saúde (PLANSERV) suspensos, reagindo à represália do governo petista Jaques Wagner, que utiliza de uma forte propaganda no horário nobre para criminalizar o movimento, e agora chama os professores em estágio probatório, REDA (Regime especial de direito administrativo) e PST a ministrarem aulas em vídeos conferências para os alunos do 3º ano do ensino médio. O governo criou 19 escolas polos para reposição de aulas, porém os alunos não compareceram, em alguns polos tiveram uma baixa adesão, em outros os alunos de manifestaram contrários às medidas do governo. O secretário de educação do estado alega que os estudantes ainda não estão avisados do retorno às aulas e outros estão voltando das festas juninas.

O comando de greve lançou uma carta aberta aos pais e alunos do 3º ano do ensino médio sobre essa atitude do governo Wagner. As aulas não terão validade, pois serão repostas após a greve; os professores estão sendo perseguidos e intimidados pelo governo, particularmente os que se encontram em estágio probatório, as aulas expressam uma tentativa do governo petista de enfraquecer o movimento e não garante o retorno do efetivo de aulas para todos os estudantes da rede pública estadual da Bahia.

A secretaria de educação assinou um contrato milionário no valor de R\$ 1.591.774,80 com Jorge Portugal, dono da empresa Abais conteúdo educativo e produções culturais para organizar e por em prática as medidas do governo petista e dar aulas para os alunos do 3º ano do ensino médio, Pré Enem, durante 180 dias. Enquanto isso, os professores em greve amargam há

etc. A criação e a aplicação da EBSERH representa um sério atentado à luta pela autonomia universitária e à indissociável articulação entre ensino, pesquisa e extensão, já precarizadas pelas ações dos governos.

As medidas privatistas se chocam contra as necessidades de professores, estudantes e funcionários!

Enquanto o governo Dilma Rousseff socorre os capitalistas em meio ao avanço da crise do capitalismo, com seus reflexos na economia brasileira, e mantém em dia o pagamento dos juros da dívida pública, coloca em prática uma medida que, ao contrário de resolver os graves problemas do setor da saúde e da educação, aprofunda ainda mais as contradições, desta vez inserindo mecanismos da iniciativa privada na gestão pública e condicionando os Hospitais Universitários, o atendimento da população trabalhadora e a autonomia universitária aos ditames do lucro. Os ativistas, movimentos sociais e as correntes de esquerda não podem se calar diante dos ataques em curso. O movimento grevista nacional e da UFBA deve se colocar intransigentemente contrário à EBSERH, avançando no combate ao conjunto das medidas privatistas do governo. **Nada de EBSERH! Abaixo as medidas privatistas do governo federal e estaduais! Em defesa da saúde e educação públicas!**

mais de dois meses as condições mais difíceis, sem salários, com contas atrasadas, alguns sem alimentos, contando apenas com a solidariedade da categoria por meio da arrecadação de alimentos e outros fundos de solidariedade.

Há um silêncio por parte de entidades, partidos e movimentos ditos de esquerda com as questões relacionadas à categoria dos professores da educação básica, principalmente por ser um ano eleitoral, com o argumento de que não se pode desgastar o governo petista. Os professores parecem exigir que Wagner apresente as contas do FUNDEB para a população baiana, uma vez que os professores da rede estadual da Bahia exigem os 22,22%, índice de reajuste do Fundeb repassado pelo governo federal para o estadual, assinado por Dilma Rousseff e não cumprido por Wagner. Os professores no interior do estado e na capital têm gritado o seguinte mote “governador ordinário, não deu o piso e cortou o meu salário”.

A APLB, em resposta às propagandas mentirosas e criminalizadoras do governo petista, publicou uma nota paga veiculada nos canais de comunicação com o seguinte texto: “O governo prometeu pagar os 22,22% para os professores primários e não licenciados. Em vez disso aprovou um projeto que transformou salário em subsídio e dá zero de reajuste. O governo propõe 7% para novembro de 2012 e 7% para abril de 2013 na forma de promoção na carreira, com isso deixa de fora metade da categoria que teria de abrir mão de 7% do ganho real, e não realizaria o processo de mudança de grau por dois anos. O governo não explica à população que o dinheiro para a educação vem do FUNDEB. Ao colocar estagiários para dar aula, o governo demonstra completo descaso por uma educação pública de qualidade”. A grande contradição é que a APLB é dirigida pelo PCdoB, que é base do governo petista de Wagner.

Marcha em defesa da educação pública

Dia 21/06, os professores da educação básica, juntamente com segmentos de professores e estudantes da UFBA realizaram um ato unificado do Campo Grande à Praça Castro Alves. Foi o primeiro ato de rua da UFBA. Dada a luta encarniçada com a direção da burocracia da APUB que detêm todos os meios de informações e a postura da imprensa burguesa que não divulgava nada sobre o movimento paredista da UFBA, houve uma forte censura dos meios de comunicação. Nós militantes do Partido Operário Revolucionário (POR) fizemos falas saudando a brava resistência dos professores da educação básica, a greve das três categorias na UFBA, denunciando a burocratização das direções sindicais, defendendo o direito irrestrito de greve e chamamos os lutadores e ativistas a constituírem uma oposição revolucionária ao governo Wagner e Dilma do Partido dos Trabalhadores (PT), contra suas medidas antipopulares e de ataque aos trabalhadores e à educação pública.

Manifesto do POR contra as prisões de 25 estudantes da Unifesp Invasão policial no campus da Unifesp/Guarulhos Ataque à manifestação e prisão de estudantes Mais uma ação repressiva do governo do PT contra os estudantes grevistas da Unifesp

Os estudantes da Unifesp/Guarulhos realizavam um ato político em frente à Diretoria Acadêmica quando a polícia invadiu o campus, atacou a manifestação com bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha e golpes de cassetetes. Inúmeros estudantes foram detidos e levados para a sede da Polícia Federal.

O Diretor Marcos Cezar convocou a força repressiva e alegou que os estudantes o impediam de deixar o local. A mentira tem por objetivo acobertar a responsabilidade de jogar a polícia sobre a manifestação estudantil. O ato em frente à Diretoria Acadêmica exigia que o diretor viesse a público e se manifestasse perante os estudantes quanto à reivindicação de retirada das medidas processuais que correm na Justiça desde a greve de 2008 e, possivelmente, as que ocorrem nesta em curso, bem como quanto às reivindicações de melhoria de ensino.

A informação de que o comando de greve não aceitou a proposta de constituir uma comissão de negociação não procede. O diretor simplesmente violou o direito democrático dos estudantes de se manifestarem no interior do campus. Também o motivo alegado de que os manifestantes estavam pichando a universidade é mais um alibi para justificar a sanha repressiva da burocracia universitária. A universidade em greve há 84 dias se encontra em situação emergencial, de maneira que as pichações não são outra coisa senão uma necessidade política do movimento que esbarra na inflexibilidade do governo federal, do Reitor e do Diretor da Unifesp. A acusação de que se trata de um ato de vandalismo é mentirosa, servindo para desqualificar a legítima luta dos estudantes que sacrificaram o semestre e de

Assembleia geral dos professores da educação básica reafirma a greve

Foi realizada no dia 26/06, no estacionamento da Assembleia Legislativa da Bahia, uma assembleia dos professores da educação básica, que ocupam a Assembleia há mais de 70 dias. Os professores decidiram pela continuação da greve, uma vez que o governo insiste em não aplicar a lei do piso nacional, principal reivindicação da categoria, nem atende à pauta de reivindicações. A assembleia contou com a presença expressiva de estudantes contra os “aulões” orquestrados pelo governo. Toda a categoria em greve se prepara para um grande ato unificado, uma coluna da educação no dia 2 de julho, feriado da independência da Bahia.

Todo apoio a greve dos professores da rede estadual da Bahia.

Oposição revolucionária ao governo Wagner e Dilma

sua direção que se sujeitou à repressão judicial e policial.

Os estudantes grevistas e o comando de greve estão em posição de defesa do ensino público e gratuito, profundamente golpeado pela política privatista e mercantilista do governo do PT e da oposição burguesa. Não por acaso, os estudantes da USP também têm sofrido a brutalidade policial e judicial. Inúmeros são os processados, ameaçados de expulsão e alguns já expulsos.

O ataque repressivo é uma resposta do governo ao movimento que se organiza em torno da bandeira do ensino público e contra a mercantilização.

No dia 6 de junho, os estudantes que ocupavam as dependências da Unifesp foram detidos pela Polícia Federal, auxiliada pela tropa de choque do estado. Esperava-se com essa medida acabar com o movimento, atemorizando os lutadores. Como a luta permaneceu, com os estudantes voltando a se manifestar nas ruas e a exigir uma resposta do Diretor, mais uma vez vieram a violência policial e as prisões.

A Corrente Proletária da Educação denuncia aos trabalhadores, à juventude e a toda população mais esta ação que viola a autonomia universitária e os direitos políticos dos estudantes de se manifestarem livremente.

- **Pelo fim da repressão, dos processos e prisões!**
- **Pela autonomia universitária!**
- **Pelo direito político de manifestação!**
- **Que o governo Dilma e o Reitor da Unifesp imediatamente atendam as reivindicações!**
- **Todo apoio à greve nacional dos docentes das universidades federais!**

14 de junho de 2012

Manifesto pelo fim dos processos, perseguições e prisões políticas contra os estudantes da Unifesp/Guarulhos

A invasão policial da Unifesp/Guarulhos no dia 14 de junho, o ataque à manifestação por meio de tiros com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo e a prisão de 25 estudantes constituíram o ponto alto da escalada repressiva contra a greve. Os acontecimentos representaram a mais grave violação do direito democrático de manifestação coletiva. Evidenciaram a ausência da autonomia universitária.

A greve que beira os 90 dias tem sido possível graças à compreensão dos estudantes de que não se pode admitir uma caricatura de universidade. E graças ao vigor com que o seu comando tem suportado todo tipo de pressão da burocracia universitária, de parte dos professores, da Justiça e da Polícia.

No fundo do embate entre estudantes e o governo – o principal responsável pela situação de calamidade das instituições federais – se encontra a política educacional privatista e mercantil. Não por acaso, a greve com ocupação da universidade em Guarulhos teve confirmada sua justeza pela greve nacional nas IFES, que hoje abarca a sua quase totalidade.

O movimento estudantil da Unifesp-Guarulhos se iniciou logo em sua inauguração, em 2007. De lá para cá, os estudantes não cessaram de protestar contra a paródia de ensino que lhes era e é imposta. Em 2008, os estudantes da linha de frente foram levados à barra da Justiça, que acabou por enquadrar 48 deles em um processo cuja penalidade é a de “formação de quadrilha”. Essa infâmia, garantida pelo governo do PT, não parou aí. Agora, no dia 6 de maio, a ocupação da universidade foi respondida pela prisão de 46 estudantes. O objetivo foi o de criar um precedente judicial para justificar uma repressão mais contundente. Esta viria a ocorrer no dia 14 de junho.

A “leveza” democrática das primeiras prisões foi substituída pela violência policial, pelas ameaças e constrangimentos aos 25 estudantes presos. A criminalização do movimento estudantil que foi desfechada contra os estudantes da USP pelo governo estadual do PSDB, agora se estende para os lutadores da UNIFESP/Guarulhos pelas mãos do governo petista. Aqueles que vêm falando em “governo democrático e popular”, em “direitos humanos”, em “inclusão social” e em “ensino de qualidade” reagem com criminalizações, prisões e processos.

Essa conduta autoritária reflete a defesa da política educacional privatista e mercantil materializada no PROUNI, REUNI, FIES, SISU, etc. Basta ver que a reforma universitária apregoada desde o início do governo Lula não fez senão impulsionar o sistema privado. O REUNI que poderia ser um instrumento progressivo de contraposição ao sistema mercantil, de fato, serviu tão somente de complemento à diretriz privatizante e de máscara ao apoio estatal aos empresários e igrejas por intermédio do PROUNI.

A defesa da coexistência do ensino privado com o público,

inevitavelmente, levou o governo petista a se curvar diante do domínio empresarial e confessional do sistema universitário.

Os estudantes estão sendo criminalizados sob a acusação de depredarem o patrimônio público, pichação de área verde, constrangimento ilegal e formação de quadrilha. Por si só, esses absurdos assombrariam qualquer democrata burguês. No entanto, são utilizados sem mais nem menos contra os mais elementares direitos políticos dos estudantes se manifestarem.

É falso que houve depredação. O movimento, ao contrário, tem com bandeira justamente a defesa das condições de ensino, em cuja base estão as instalações da instituição. Se há alguém que tem agido para preservar o patrimônio público, esse alguém é o movimento estudantil. Quem tem sucateado esse patrimônio são os governos. Pior ainda: têm depredado o principal patrimônio que é o trabalho do professor e as condições de estudo dos alunos. Quanto ao “constrangimento”, o que tem havido é o conflito entre a burocracia universitária repressiva e o movimento dos estudantes. As pichações fazem



parte de uma situação excepcional em que a universidade está paralisada pela greve e, por isso, coloca a necessidade de afirmação de suas bandeiras de luta. Bem, quanto a “formação de quadrilha”, não passa de uma calúnia da Justiça. Querem nos criminalizar pelas falsificações, mentiras e calúnias.

Isso se passa quando um governo não pode atender as reivindicações do movimento e tem como único recurso sufocá-lo pela repressão.

O que o governo do PT está fazendo contra os estudantes da Unifesp/Guarulhos demonstra o fracasso do reformismo perante a crise da educação e, em particular, à falência do ensino público. Está aí por que o governo Dilma não atende as reivindicações dos professores e estudantes da IFES.

Objetivamente, a luta dos estudantes das federais por condições de ensino se choca com a política privatista do governo federal.

Chamamos a população trabalhadora e a juventude a se colocarem sob a bandeira do ensino público e gratuito, do acesso universal ao ensino superior, do fim do vestibular e da supressão do sistema privado. O que o País necessita para elevar a educação e cultura da juventude e de toda a população é a constituição de um sistema único, estatal, público, gratuito, científico e vinculado à produção social.

Nesse exato momento da luta, temos pela frente a defesa da autonomia universitária, do controle coletivo da educação e fim de todos os processos e perseguições aos estudantes.

Exigimos que o governo Dilma e o Reitor da Unifesp reconheçam a justeza de nossa luta, que retirem todos os processos, que acatem a autonomia universitária e que apresentem uma solução para as reivindicações.

Greve dos rodoviários de Fortaleza:

Base não pôde superar o bloqueio da direção do SINTRO (Conlutas/PSTU)

Desde maio, a direção do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviários no estado do Ceará (SINTRO) e os empresários (Sindiônibus) negociavam a campanha salarial 2012. A categoria reivindicava o fim da dupla função do motorista nos micro-ônibus (motorista e cobrador ao mesmo tempo), dupla pegada (manhã e tarde), plano de saúde, aumento de R\$ 20 na cesta básica, que atualmente é de R\$ 60,00; aumento do vale refeição de R\$ 7,00 para R\$ 12,00, e reajuste de 25%. Pouco tempo depois, a direção do Sintro, orientada pelo Conlutas, reduziu este índice para 15%. O que foi visto pelos patrões como um sinal de fraqueza. Durante as oito rodadas de negociações, os mafiosos do sindicato patronal (Sindiônibus) apresentaram uma proposta que era uma verdadeira provocação: 4,88%. A categoria indignada rejeitou e aprovou a greve para o dia 18 de junho.

No dia anterior, a prefeita, Luizianne Lins/PT, através da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), convocou o SINTRO e Sindiônibus para tentar “consensuar” uma proposta e evitar a greve. Para o PT, seria um desgaste, em pleno ano eleitoral (ainda mais quando tenta desesperadamente emplacar seu candidato Elmano Freitas com apenas 1% das intenções de votos). Propôs reduzir o ISS (imposto sobre serviços) cobrado dos empresários de ônibus dos atuais 2% para 0,01% o que faria com que tivessem pelo menos mais R\$ 2 milhões em caixa, em troca de uma oferta maior que chegou a 8,5% de reajuste. Os empresários ofereciam ainda a migalha de R\$ 1,00 a mais no vale refeição (que iria para míseros R\$ 8,00!) e R\$ 10,00 na cesta básica. A direção do Sintro voltou satisfeita dessa negociação e disposta a impedir a greve. Suspendeu a paralisação marcada para segunda e agendou assembleias da categoria para terça.

Na assembleia do dia 20/06, tentou de todas as formas aterrorizar a categoria e dizer que não era possível a greve, que a proposta patronal era boa, etc., mas não teve jeito. A categoria indignada aprovou pela manhã a greve por tempo indeterminado por 54 votos a favor e 21 contra. Na assembleia da tarde, a situação piorou ainda mais para o Conlutas/PSTU. É que a notícia de que a direção do sindicato era contra a greve logo se espalhou pelos terminais de ônibus da cidade, provocando raiva em muitos motoristas (alguns até levantaram suspeitas de que a patronal poderia ter “molhado a mão” dos diretores). Ocorre que uma massa maior de trabalhadores foi à sede do sindicato para garantir a greve. Nesta assembleia da tarde, mais de 500 participaram e chegaram a vaiar as falas do advogado (militante do PSTU de SP), dos dirigentes do Sintro e do dirigente do CPS-Conlutas. Ao mesmo tempo, entoaram palavras de ordem de

“greve!” “greve!”. Na votação, houve unanimidade na posição da greve.

Depois de iniciada a paralisação dos ônibus, a direção do sindicato foi à imprensa dizer que infelizmente a greve foi decretada, que esta não era a posição da direção (que achava a proposta dos patrões razoável), mas sim da categoria. Logo chamaram os rodoviários a acatar a lei de greve e não parar 100% da frota bem como a não depredar os ônibus. Os piquetes organizados pelo Sintro se resumiram a poucas ações de alguns militantes do PSTU. Apesar de ter havido detenções de dois destes militantes (que não eram da direção do Sintro, nem da categoria) percebia-se a falta de vontade da direção em encaminhar a greve. Esta durou praticamente 3 dias. E terminou sem nenhuma conquista (foram aceitos os termos da última rodada de negociação: 8,5% de reajuste, R\$1,00 no vale alimentação etc).

No primeiro dia, a paralisação atingiu mais de 70% da frota, com 16 presos por quebrarem vidros e furarem pneus. Estes números, por si sós, indicavam a disposição de luta dos trabalhadores. E a quantidade de presos em apenas um dia (bem maior que na greve passada) indicava que a própria base tomava a iniciativa de parar os ônibus à força sem esperar pela direção do sindicato, de quem jamais poderia receber orientação semelhante. A direção do sindicato mobilizou sua acessória jurídica para a soltura dos presos, mas disse que não orientava esta prática e denunciou os que assim agiam como infiltrados na categoria. Se uma greve nasce contra a vontade da direção, se esta não se empenha em tornar a greve vitoriosa, e enrola, não é possível desenvolver o espírito de sacrifício da base. Afinal, como é possível a uma categoria se lançar com energia numa greve se ela não percebe na direção a firmeza e resoluções necessárias para ir ao combate? Não foi por outra razão que a greve nos dias seguintes perdeu ânimo e declinou totalmente.

O POR atuou com panfletos defendendo o fortalecimento da greve e sua radicalização inclusive com ações que impusessem o prejuízo financeiro aos patrões. Vem tentando impulsionar e influenciar a pequena oposição que se formou há 2 anos como fruto da luta contra a burocracia e o aparelhismo do PSTU-Conlutas no seio do Sintro. Finalizamos, dizendo que a postura vergonhosa e capitulacionista do Conlutas-PSTU diante dos empresários não é nenhuma novidade para nós. Já que expressa as típicas posições de uma nova burocracia sindical, que se vale da crítica aos governos petistas e da ruptura com a traidora CUT para formar seu próprio aparato burocrático. O trabalho imposto pelas atuais circunstâncias é o de formar uma fração revolucionária no seio dos rodoviários que impulse a luta e se potencie como alternativa de direção ao colaboracionismo do Conlutas-PSTU.

Formação Política na Regional Nordeste em Salvador-BA

Entre os dias 09 e 10 de junho, a Regional Nordeste realizou em Salvador-BA uma atividade de formação política que contou com a participação de camaradas do Ceará, Paraíba, Bahia e São Paulo, além de contatos próximos ao partido. No dia 09 de junho, realizaram-se debates sobre a conjuntura e luta de classes internacional, nacional e regional. Nas questões internacionais, a formação se deu em torno da caracterização marxista da crise capitalista como choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais capitalistas de produção. Tratou-se do caráter estrutural da atual crise capitalista (iniciada em 2008), dos seus antecedentes, das medidas político-econômicas (pacotes de austeridade) tomadas pelos governos dos países capitalistas e das diversas manifestações populares ocorridas na Europa. Os levantes revolucionários no norte da África e Oriente Médio também foram caracterizados como manifestação da atual crise capitalista e das condições de miséria e opressão das massas naqueles países. Finalizou-se o debate sobre conjuntura e luta de classes internacional com destaque para a tarefa colocada ao partido diante da crise de direção revolucionária mundial, qual seja, a reconstrução da IV Internacional, partido mundial da revolução.

No debate sobre a conjuntura e luta de classes nacional, caracterizou-se o governo Dilma (PT) como burguês e pró-imperialista, marcando um acirramento das tendências observadas no governo de seu antecessor. Destacaram-se os cortes orçamentários praticados pelo governo em 2011 e 2012, a privatização da previdência dos servidores públicos federais e dos aeroportos, por um lado, e as diversas isenções fiscais concedidas à indústria nacional e multinacional, por outro. Mesmo as repressões exemplares e a criminalização dos movimentos sociais não têm despertado as centrais sindicais de sua política colaboracionista com o governo Dilma. Nos informes regionais, acompanhamos as lutas dos principais setores nos Estados. Destaques para a Greve da Polícia Militar, da Construção Civil, dos Professores da Educação Básica, dos Rodoviários e dos Professores e Estudantes da UFBA (Universidade Federal da Bahia), na Bahia; para a Greve dos Policiais Militares, da Construção Civil e dos Professores da Educação Básica, no Ceará; para a luta dos Ferroviários em João Pessoa, Greve

dos Médicos, dos Funcionários da CAGEPA e para a Greve de Estudantes e Professores da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), na Paraíba e para a Greve dos metroviários, Estudantes da UNIFESP, em São Paulo. Os informes das lutas regionais permitiram concluir que vivemos um novo momento da luta de classes no país, tanto a nível regional como nacional, com o acirramento da crise econômica internacional.

No dia 10 de junho, realizamos o estudo e debate do Programa do POR a fim de forjar a militância para o debate acerca da atualização do Programa do POR que se dará no XII Congresso. Entre os pontos abordados estiveram: a chegada do reformismo no poder no Brasil e sua experiência de 10 anos; a necessidade de aprofundar o debate sobre as questões ambientais, decorrente da decomposição do capitalismo e da discussão sobre os movimentos sociais na atualidade (como as organizações das chamadas “minorias”), a partir do ponto de vista do proletariado e do marxismo; o centrismo no Brasil; a política das organizações estalinistas após o colapso da URSS (sua aproximação com o nacionalismo reformista); a concepção de reforma agrária e a política do MST frente ao reformismo petista; as contradições atuais entre cidade e campo; a questão sindical e o divisionismo no movimento operário; as experiências da classe operária com organizações políticas no Brasil como o PCB (1922) e o PT (1980) e as tentativas de construção de organizações trotskistas (LCI, PSR, PORT e correntes atuais).

Os participantes da Formação Política avaliaram como bastante satisfatória a realização desta atividade, tanto organizativa como politicamente. Os militantes tiveram oportunidade de aprofundarem suas análises sobre conjuntura internacional e nacional, de tomarem conhecimento das lutas travadas por toda a Regional Nordeste e de debaterem o Programa do Partido Operário Revolucionário e se potencializarem para futuras contribuições. Além disso, o Partido contou com a oportunidade de aproximar contatos. A Regional Nordeste realizará em 2012 uma Escola de Quadros nos dias 21 e 22 de julho e uma nova atividade de Formação Política em meados do segundo semestre, dando continuidade à formação de quadros revolucionários, forjados na teoria e no programa da revolução e ditadura proletária.

POR-RN realiza formação baseada no texto de Lenin “Sobre as Greves”

Com o objetivo de extrair os ensinamentos dos clássicos do marxismo e aplica-los à realidade, foi realizada no Rio Grande do Norte uma formação política baseada no escrito de Lênin, intitulado “Sobre as Greves”.

Na exposição inicial, o revolucionário russo demonstra a relação entre o desenvolvimento do capitalismo naquele país e o ascenso grevista. Esse trabalho é do mesmo ano em que vem a público pela primeira vez a obra “O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, em que Lênin refuta a tese dos populistas que postulavam que, devido às suas particularidades históricas e econômicas, seria possível ao país saltar do feudalismo ao socialismo, baseado no sistema comunal de produção existente. Pelo contrário, utilizando-se da teoria marxista e mediante uma extensa exposição de dados, Lênin demonstra que o capitalismo – e suas chagas – já estava presente na Rússia. O desenvolvimento do capitalismo faz com que o número das fábricas aumentassem. O ascenso grevista demonstrava também o desenvolvimento político do jovem proletariado russo.

Diante da situação de exploração, o trabalhador se revolta, mas de forma individual, ou seja, espontânea. O desenvolvimento da luta de classes impõe a necessidade de organização, para ações unitárias, mediante as greves. A greve possibilita ao trabalhador se reconhecer como classe e potencializar sua força enquanto tal. As greves, portanto, favorecem a politização e tornam os trabalhadores mais receptivos às ideias socialistas.

Outro aspecto é que as greves desmascaram a natureza ditatorial do Estado burguês (presente nas atuais leis antigreve) e evidenciam a questão de método. Há duas formas antagônicas de ação: a forma própria da burguesia (ação parlamentar e judicial) e as formas de lutas típicas do proletariado que, por sua natureza, põem em xeque a legitimidade burguesa. Essas formas são as greves, bloqueio, piquetes e autodefesa. A experiência demonstra que as vitórias são arrancadas dos dominadores mediante os métodos proletários de luta.

A greve é uma criação genuína da classe operária. Cada greve lembra aos capitalistas que os produtores da riqueza social são os operários, portanto, os verdadeiros donos das fábricas.

No debate, os exemplos das lutas atuais serviram para reforçar os ensinamentos leninistas. A fraqueza estrutural dos estudantes e dos trabalhadores em educação se deve ao fato de que suas greves não paralisam a produção, fator esse que permite ao governo postergar o atendimento de suas reivindicações. É por esse motivo que o POR, mediante seu programa, defende a política e os métodos operários para a educação.

A tarefa principal é transformar a luta econômica em luta política. Na atualidade, o conjunto do proletariado e das organizações estudantis encontram dificuldades em promover tal elevação na luta política. As tarefas do movimento são de romper com a passividade, com o bloqueio das centrais

às lutas, ter claro as reivindicações mais sentidas pelos oprimidos e transformá-las em luta contra o capitalismo, responsável pelas mazelas sociais e decadência espiritual, realidade própria da fase imperialista do capitalismo.

O empecilho principal é a crise de direção, que permite que os reformistas defendam, no seio do movimento, bandeiras burguesas e pequeno-burguesas, recusando-se a defender um programa revolucionário entre os explorados, com a alegação de que “não há acúmulo” por parte “do

Curso de Formação Política – Litoral Paulista

Teve início em março, no Litoral Norte de São Paulo, o curso de formação política do ano de 2012, com o objetivo de elevação política dos militantes e dos trabalhadores em geral.

Os estudos tiveram a participação dos militantes e simpatizantes, organizados em grupos para leitura e discussão coletiva, de capítulos como “Valor e trabalho”, “Força de trabalho”, “A produção da mais valia”, “O valor do trabalho”, “O lucro obtém-se vendendo uma mercadoria pelo seu valor”, “As diversas partes em que se divide a mais-valia”, todos contidos no livro de Marx, “Salário, Preço e Lucro”.

A compreensão das conceituações possibilitou acompanhar a lógica do raciocínio marxista sobre a distinção entre o valor, o preço das mercadorias e do salário. A partir da preocupação de Marx em extrair um denominador comum à produção de todas as mercadorias, chegou à ideia de tempo humano socialmente necessário para a confecção das diferentes mercadorias que circulam socialmente. Mostra ainda a importância do chamado “valor de troca” das mercadorias. Exemplifica a partir da produção do trigo e do ferro, para esclarecer que não têm a mesma origem, nem a mesma forma, nem a mesma função no consumo final, porém para serem transformados em mercadoria, tanto trigo quanto ferro, são frutos do trabalho social. Então, para qualquer produto existir enquanto mercadoria, sendo suas propriedades naturais diversas, a expressão comum a todas é dada pelo trabalho social, por isso o valor das mercadorias é determinado pelo tempo médio do trabalho social gasto na sua produção. Logo a variável do valor de troca é a quantidade relativa de trabalho despendido na produção das mercadorias. Trabalho este condicionado às forças produtivas, que se alteram em espaço e temporalidade também variáveis.

Marx exemplificou que, quanto maiores são as forças produtivas, maior é a produção e quanto menores, menor é a produção de mercadorias em condições iguais da natureza do trabalho. Por meio do exemplo do fiandeiro que ora faz uso dos meios de produção avançados e ora primitivos, vem a percepção sobre a utilização de tecnologias facilitadoras do trabalho, enquanto agentes diferenciais nas quantidades produzidas pela maior capacidade de produção incorporada pelas forças produtivas, que se alteram conforme a espacialidade natural e social das relações de produção e dos meios voltados para esta produção.

Entendidas essas noções sobre o valor das mercadorias, surgiram dúvidas quanto ao preço e o lucro dos capitalistas. Conforme transcrição do texto, compreendeu-se que ‘o preço outra coisa não é senão a expressão em dinheiro do valor’, e pode variar naturalmente conforme o trabalho gasto na produção e pelas flutuações das moedas, por isso permanece condicionado artificialmente pela política econômica monopolizada do capitalismo.

Somente após discussão e proposições diversas, esclareceu-se a teoria de que o lucro do capitalista é obtido com a venda das mercadorias pelo seu valor, em acordo com a quantidade de trabalho nelas incrustado, sendo este lucro criado na produção e não na venda das mercadorias. Por este viés, como o lucro é original do início da cadeia produtiva, há de se ater para a força de trabalho gasta na produção de qualquer mercadoria, e de antemão na sua valoração.

Está exemplificado nos escritos que, como toda outra mercadoria, o valor da força de trabalho segue a mesma lógica.

Quando Marx afirma que “os valores de troca das mercadorias não passam de funções sociais delas”, é possível entender a distinção entre a

povo” à propaganda revolucionária. O POR, pelo contrário, toma para si a tarefa de levantar a bandeira da revolução e ditadura proletária no seio da classe operária e demais oprimidos, defendendo a expropriação, sem indenização, de todo sistema educacional, estatização e monopólio estatal dos bancos e do comércio exterior como resposta à intervenção imperialista. Expropriação dos latifúndios, nacionalização das fábricas e aliança revolucionária com os camponeses.

quantidade de trabalho social gasto na produção e a retribuição para o mesmo, ou o valor do trabalho social gasto e a diferença no salário atribuído a este.

Se o valor da força de trabalho, como qualquer mercadoria, é o valor do tempo médio gasto socialmente para a produção, então esta força de trabalho é definida pela quantidade de trabalho socialmente necessário para se manter e se reproduzir. Porém quando a força de trabalho é vendida ao capitalista, a matemática é outra, pois o capitalista faz uso dessa força de trabalho por um intervalo de tempo maior que o tempo necessário para mantê-la, e paga o valor a menos do tempo gasto para a realização do trabalho.

Ocorre uma diferença entre o trabalho necessário e o trabalho executado, sendo que a quantidade do tempo excedente, ou seja, trabalhado além do necessário, não é pago pelo capitalista, de onde o capitalista extrai o seu lucro, a mais-valia. Então o lucro do capitalista surge na produção de mais valia, por meio de parte do salário que não é paga ao operário.

A discussão trouxe a reflexão sobre a distinção entre valor e preço do trabalho no modo capitalista de produção, e que o preço, em países atrasados como o nosso, tende a ser menor do que o seu valor de produção.

Assim ocorre que a mais valia extraída do trabalhador pelo capitalista monopolista não incorre em nenhum prejuízo do lucro absoluto, mesmo que possam variar os preços das mercadorias, ora para mais e ora para menos, pois uma parte do trabalho social empregado na produção da mercadoria não é remunerada. Logo o capitalista vende não só a parte da produção que lhe custou matéria prima, salário, mas vende também a parte que foi trabalhada pelo operário e que não foi paga, por isso não custou nada ao capitalista. Por isso, ocorre no texto a reafirmação de que os lucros dos capitalistas são obtidos pela venda das mercadorias não por um valor acima, mas pelo valor verdadeiro.

Na extorsão da mais valia por meio do sobretrabalho ou trabalho não pago ao operário, o empregador capitalista fica com parte, o proprietário da terra outra parte e ainda o capitalista que empresta o dinheiro leva mais uma parte da mais valia.

Relacionando essas questões à história do salário mínimo no Brasil, conseguimos captar a particularidade dos países atrasados, semicolônias como o nosso. No estudo do artigo sobre “História do Salário Mínimo”, evidenciou-se a putrefação da fase imperialista, na qual se revelam os desequilíbrios regionais e internacionais. Desequilíbrios propositais, planejados e combinados entre as potências econômicas capitalistas.

Hoje o que se visualiza é um acelerado processo de redução salarial mesmo nos países que estavam entre os de melhores salários pagos e esta é uma crescente tendência na atual fase do capitalismo imperialista, a de arrochos ainda maiores nos salários mínimos mundiais. Lembramos que no salário mínimo deve ser vital à preservação e manutenção da sobrevivência dos trabalhadores e seus descendentes, com um valor que possa garantir acesso às necessidades básicas para sua vida, como alimentação, moradia, educação, saúde, lazer, transporte etc.

Este apanhado e as discussões em torno dos textos selecionados, e já citados, escancaram o funcionamento da mecânica do sistema capitalista de produção, e alertam para a urgência da direção norteada pelo programa da revolução e ditadura do proletariado, instrumento necessário para destruição da máquina capitalista e da construção da sociedade socialista.

Nesta edição:

- Golpe de Estado no Paraguai
- Vence a política imperialista nas eleições gregas
- Bolívia:
 - O conflito policial e a desintegração da classe dominante
 - Os mineiros exigem a estatização total de Colquiri
 - Superar o governo pró-imperialista e pró-burguês do MAS
- Trotsky: Nina V. Vorovskaia



Artigos do Cerqui **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Golpe de Estado no Paraguai Por um Tribunal Popular para punir os assassinos e entregar as terras aos camponeses

A decisão do Parlamento de destituir o Presidente da República, Fernando Lugo, no dia 22 de junho, obscureceu o assassinato de 11 camponeses.

Em 15 de junho, a polícia atacou os sem-terra que ocupavam uma fazenda do latifundiário e ex-senador Blas Riquelme. Desta vez, os camponeses não se submeteram à força militar e resistiram. Em legítima autodefesa, deixaram um saldo de 6 mortos entre os agentes da repressão.

Segundo as autoridades, a resistência armada se deveu ao Exército do Povo Paraguaio (EPP). A Liga Nacional dos Carperos colocou em dúvida que os sem-terra tivessem capacidade militar para impor tamanha baixa na Polícia Nacional. O líder José Rodríguez suspeita que o “confronto pode ter sido provocado pela polícia”. É sintomático que os jornalistas fossem impedidos de ter acesso ao conflito e poderem se informar sobre as condições em que ocorreram as mortes. Somente um Tribunal Popular poderá investigar os acontecimentos que resultaram na morte de 11 camponeses e 80 feridos.

O ponto de partida da investigação se encontra na tremenda opressão sofrida pelos pobres do campo, que suportam o peso da gigantesca concentração fundiária. A burguesia paraguaia, sua fração oligárquica e seu Estado são responsáveis pelo derramamento de sangue dos camponeses que não faziam senão lutar pela expropriação das terras e colocá-las sob seu controle coletivo.

A resistência camponesa é parte da luta de classes contra o poderio latifundiário, emanado da grande propriedade dos meios de produção e do Estado. As terras ocupadas em Colônia Ybyrá Pytá, no departamento de Canindeyú, constituíam uma área de conflito há dois anos. Os camponeses exigiam que o governo de Fernando Lugo cumprisse sua promessa de reforma agrária, bandeira essa que serviu para arregimentar votos no campo nas eleições de 2008 e levar ao poder a coalizão da esquerda burguesa Aliança Patriótica para a Mudança (APC).

A população oprimida pela oligarquia latifundiária ali-

mentou a ilusão de que com a derrocada do velho Partido Colorado abrir-se-iam novas condições econômicas e políticas favoráveis aos explorados. As massas esperançosas não poderiam imaginar que seria sob o governo reformista de Lugo que ocorreria uma violenta repressão aos sem-terra e a mortandade em Canindeyú.

A mudança de força política no Estado, depois de um longo período de ditadura, constituída pelo general Alfredo Stroessner e exercida pelo Partido Colorado, se deu no seio da política burguesa. Evidenciou que não era possível se desfazer do velho poderio latifundiário pela via eleitoral. As instituições reacionárias de Stroessner não foram desmanteladas e o Partido Colorado continuou a ditar o curso dos acontecimentos no País.

Lugo chegou ao poder em uma situação de profunda desintegração da hegemonia do Partido Colorado, que detinha o poder há 61 anos. A queda do general Stroessner, em fevereiro de 1989, por meio de um golpe militar, abriu um período de instabilidade política. O assassinato do vice-presidente, Luis Maria Argaña, em março de 1999, expôs ao País a disputa gangsteril entre lideranças da política burguesa. Nesta crise, as massas foram às ruas exigindo a queda do governo Raúl Cubas. O que resultou em mortes de manifestantes. O general golpista Lino Oviedo e Raúl Cubas foram responsabilizados pelos crimes. Depois de um breve período de detenção, os facínoras voltaram a influenciar o processo político do País.

Contra esses mafiosos da política burguesa, a figura do padre Fernando Lugo, vinculado à teoria da Libertação, ganhou força entre os explorados e se elevou ao poder do Estado. Derrotou a candidatura colorada de Blanca Ovelar e do general Oviedo, que se candidatou pela União Nacional de Cidadãos Éticos (UNACE), partido esse surgido das entranhas do velho Colorado. No entanto, o governo Lugo imediatamente se adaptou ao poder burguês, o que significou submeter-se ao velho poder dos colorados.

Essa experiência demonstra que o reordenamento de

forças no seio da política burguesa em crise, em que a democracia eleitoral permitiu a ascensão de um partido não identificado com a reação conservadora, como foi o caso de Lugo, não faz senão proteger o poder burguês da ofensiva das massas que podem avançar para a via revolucionária. Nota-se que o reformismo comparece como uma solução para a desintegração dos velhos partidos, que se acham desmoralizados perante a maioria explorada. Solução essa que é a de desviar o curso do choque das massas contra o Estado.

O reformismo, que se coloca como uma via de atendimento das aspirações dos explorados e de solução de tarefas democráticas do País atrasado e semicolonial, se revela impotente perante as leis econômicas do capitalismo decadente e diante da burguesia interna e do imperialismo. É o que aconteceu com o governo de Fernando Lugo que não foi capaz de concretizar a bandeira de reforma agrária, que se mostrou servil ao poder militar, que se submeteu ao predomínio dos colorados no Parlamento e que por fim foi afastado da Presidência por meio de um golpe do Congresso.

Em 36 horas, os parlamentares aprovaram o impeachment. A base de sustentação de Lugo, “Aliança Patriótica para a Mudança”, liderada pelo vice-presidente Federico Franco do Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA) se uniu quase que integralmente aos colorados para destituir o Presidente. Não houve uma mínima resistência congressual ao golpe. O Parlamento como um todo expressou o domínio oligárquico latifundiário. E o presidente deposto não contou com um levante popular, a não ser uma ligeira manifestação dos seus partidários em frente ao Congresso Nacional.

Faltando nove meses para encerrar o mandato, Lugo já não governava. A matança de 11 sem-terras no departamento de Canindeyú foi tão somente um pretexto a mais para os parlamentares cassarem seu mandato.

O movimento camponês ganhou força sob o governo de Lugo. O embate contra os grandes produtores de soja brasileiros, que detêm grandes áreas no Paraguai, indicou a profundidade da crise política. O movimento sem-terra esteve a um passo de se confrontar com a repressão e com o próprio governo que lhes prometeu a reforma agrária, mas que se mostrou submisso às pressões dos latifundiários e do governo brasileiro. O recuo provisório aliviou o conflito entre camponeses e brasiguaios. A ocupação da Colônia Ybyrá Pytá, porém, não teve a mesma sorte.

O fato de Lugo ter exonerado o ministro do Interior, Carlos Filizzola, e o chefe da Polícia Nacional, Paulino Rojas, demonstrou que a sangrenta operação não contou diretamente com a anuência do Presidente da República. Lugo

foi buscar um novo ministro no Partido Colorado, Rubén Candia. Por sua vez, o novo chefe da Polícia esteve preso em 2002, sob a acusação de tráfico e falsificação. Criou-se um mal estar entre os oficiais de patente superior. O Movimento Agrário do Paraguai exigiu que Lugo se definisse pelos camponeses sem-terra ou pelas armas da Polícia. Embora se tratasse de uma reclamação quixotesca, evidenciou a responsabilidade do Presidente pela violência policial no cumprimento do mandado de reintegração de posse da área ocupada em favor do latifundiário.

Nesta instável posição governamental, os parlamentares retiraram da gaveta o impeachment. A rapidez com que agiu serviu para o Congresso mostrar à população que Lugo já não governava e também para amortecer o impacto das mortes.

Os governos brasileiro e chileno questionaram o impeachment sob o argumento de que não foi dado a Lugo o direito de defesa. Os governos da Argentina, Venezuela,



Equador e Bolívia caracterizaram como golpe. A sombra da destituição do Presidente de Honduras, Manuel Zelaya, em junho de 2009, se projetou sobre o Paraguai e de lá sobre os países do Mercosul, da Unasul e da OEA. Não houve como dizer que não ocorreu um golpe contra o presidente eleito do Paraguai. No caso de Honduras, os Estados Unidos disciplinaram a rebeldia do Brasil e aliados em favor de Zelaya. Agora, Lugo decidiu constituir um governo paralelo e esperar

que o Brasil lidere um movimento pela sua recondução. Os explorados paraguaios não devem permitir nenhuma intervenção externa e tomar o problema em suas mãos.

Como se vê, o Presidente destituído não convocou a população a se rebelar contra os golpistas. Uma novela do tipo Honduras é a mais provável. O primeiro capítulo se apresenta com Lugo recorrendo à Suprema Corte para que anulasse o impeachment. Mas os juízes não fizeram senão confirmar a constitucionalidade arguida pelo Parlamento golpista. A Igreja já deu sua benção a Federico Franco. Na reunião do Mercosul não poderá participar o novo presidente. A cláusula que exige o respeito à democracia foi violada. Segundo a caracterização de seus membros, devido ao impeachment sumário e não porque somente o povo que elegeu Lugo pode destituí-lo.

A violência desfechada contra os camponeses resultou do direito burguês de defesa da propriedade privada. Essa mesma propriedade constitui a base do ordenamento político e ideológico da democracia. O golpe institucional, que não necessitou desta vez do concurso das Forças Armadas, está a serviço da oligarquia latifundiária. O papel dos governos que juram ser democráticos, portanto, será o de encontrar uma saída que mantenha a condenação do movimento

camponês e a proteção dos grandes proprietários, incluindo os capitalistas brasileiros que sugam riquezas do País vizinho. Não há dúvida que devemos denunciar o golpe, mas também responsabilizar o governo Lugo pelo sangue dos pobres derramado no departamento de Canindeyú.

A tarefa que se coloca para o movimento revolucionário no Paraguai é o de rechaçar qualquer que seja o governo burguês. Não há outra saída senão se organizar em torno da luta por um governo operário e camponês, que resulte da derrubada da burguesia do poder do Estado. Não desconhecemos que não há um partido marxista-leninista-trotskista que possa ocupar o lugar de direção no seio das massas exploradas. O que impossibilita desenvolver a estratégia do governo operário e camponês. Não obstante, essa é a tarefa.

A ausência da direção revolucionária será superada com

Grécia

Vence a política imperialista nas eleições gregas

Depois de uma primeira eleição que redundou em estilhaçamento dos votos dos principais partidos, na qual nem o Nova Democracia, nem o Pasok (os dois partidos gregos que se alternaram no poder nos últimos vinte anos) obtiveram a maioria, cresceu a expectativa de que um governo de “esquerda” sairia das urnas. SYRYZA (frente de várias organizações de esquerda) e o Partido Comunista Grego acreditaram poder se potenciar com a crise econômica e política.

Várias organizações, inclusive “trotskistas”, apostaram na vitória do SYRIZA e de um governo que rompesse com os acordos firmados com FMI e Banco Central Europeu. Não foi isso o que ocorreu.

De maio a junho, a imprensa burguesa, apoiada na pressão dos países imperialistas como Alemanha e França, pintou os piores cenários para o país. A saída da União Europeia, a volta da antiga moeda, o aumento do desemprego e pobreza, etc., foram ideias amplamente utilizadas para desgastar a ala da esquerda democrática.

O resultado foi o que esperavam os governos imperialistas: Nova Democracia e PASOK farão um governo de coalizão e terão maioria no congresso (166 cadeiras de 300 existentes). Diminuiu a votação dos partidos menores, como a ala fascista e estalinista, que haviam crescido na primeira eleição do ano.

Imediatamente depois de divulgados os resultados, os “mercados” se acalmaram. Isto é, o parasitismo financeiro que reina na Europa, nos EUA e no Japão conseguiu garantir mais uma vez que os ajustes fiscais continuarão e o pagamento das dívidas se manterá por mais um tempo.

Alívio, no entanto, não existe. Embora vitoriosa, a política imperialista leva a um impasse que o “novo” governo burguês grego reconhece: as medidas de austeridade aumentarão a recessão, o desemprego aumentará e novos cortes em direitos sociais serão exigidos. O sinal verde do G-20, que se reuniu logo após a vitória da situação, indica apenas que os empréstimos ao país permanecerão enquanto se preservar a política de sustentação dos bancos e das instituições financeiras.

Economistas burgueses continuam insistindo na tese de

a vanguarda reconhecendo a estratégia do proletariado frente à crise da burguesia e trabalhando para que esse objetivo seja alcançado. O destacamento consciente não deve se envolver com a disputa interburguesa sobre a violação da democracia. Ao contrário, deve-se colocar em primeiro plano o assassinato dos camponeses, a exigência da punição aos crimes da burguesia e a expropriação dos latifúndios pela ação dos pobres do campo, em aliança com a classe operária.

A classe operária e os camponeses da América Latina têm o dever de denunciar as manobras de seus governos que vomitam a democracia exercendo a ditadura de classe dos exploradores sobre a maioria explorada. Levantamos a bandeira de constituição de um Tribunal Popular para investigar e punir os crimes dos opressores contra os camponeses.

que a Grécia não apresenta boa competitividade para o presente, pois no passado os salários eram mais altos do que em outros países da região e o setor da construção civil, que impulsionou um crescimento no começo da década de 2000, não tinha mais para onde se expandir.

A verdade é que a nação sempre foi dependente economicamente de outros países do continente. Não desenvolveu um parque industrial que pudesse competir com França, Alemanha, Itália ou Espanha. Ficou restrita a uma economia de serviços, baseada no turismo e nas atividades “financeiras”. Como outros países, foi arrastada pela especulação em torno de títulos públicos e privados. Os dois partidos oficiais conduziram uma política pró-imperialista que os levou agora à recessão, ao desemprego e à falência administrativa do Estado.

Sem saída

O G-20, particularmente a Alemanha, afirmou que a Grécia pode permanecer na zona do Euro e continuará recebendo a ajuda externa; o empenho esperado, como contrapartida, é seguir à risca os ajustes e manter os cortes iniciados ainda em 2008.

O país que viu desde o início da crise as maiores e mais radicalizadas manifestações contra os pacotes de austeridade está entregue ao sabor das políticas burguesas e pequeno-burguesas que, com elas, colaboram.

O principal partido opositor, SYRIZA, resolveu atenuar na plataforma eleitoral e afirmar que os acordos não deveriam ser rompidos, mas “revistos” sob o ponto de vista da economia nacional. Portanto, o fraco nacionalismo burguês desvaneceu-se sem antes ganhar contornos claros.

O “radicalismo” de discurso do Partido Comunista Grego não convenceu a população e sua votação diminuiu, porque o estalinismo grego é conhecido por suas vacilações, tendo já ajudado inclusive o Nova Democracia, no início da década de 90.

O esgotamento das ilusões democráticas depende não só de governos incapazes de resolver os problemas nacio-

nais, mas também de uma política revolucionária forjada no seio das massas. A construção de um partido revolucionário que aponte, não a via parlamentar, mas a democracia operária, a destruição dos organismos burgueses, a ruptura com todos acordos imperialistas é a única resposta possível para os impasses que vive hoje o povo grego. A inexistência de um partido mundial da revolução, a IV Internacional, dificulta essa tarefa e possibilita que as débeis organizações políticas burguesas mantenham a hegemonia no processo político.

A crise aberta com as primeiras eleições de 2012 não se

encerrou com a contagem de votos agora em junho. Ela permanecerá e poderá servir para a organização da juventude e da classe operária, caso seja resgatada a tradição revolucionária, inscrita na luta de classes europeia e mundial. Para isso, a necessidade de forjar o partido-programa e encaminhar para a construção de organismos de poder operário é a tarefa colocada. Nem a burguesia nem a pequena burguesia poderão dar cabo da crise que arrasta o país, apenas a classe operária e seu programa de destruição da propriedade privada poderá acabar com a sangria, reconstruir as forças produtivas e impulsionar a luta antiimperialista em toda a Europa.

Bolívia

O conflito policial e a desintegração da classe dominante

Os policiais se amotinam com uma forte carga de raiva contra o governo devido às suas condições de vida e trabalho.

As miseráveis condições da polícia são um fiel reflexo da incapacidade da classe dominante boliviana.

O Estado burguês defende os interesses econômicos dos empresários utilizando a Lei, que é imposta pelos aparatos repressivos (o exército e a polícia). O conflito entre explorados e exploradores é contido pelo Estado, caso contrário, a sociedade dos exploradores voaria em mil pedaços.

O Estado burguês quebrou um pé, está inclinado e afunda. O levante policial, sua fusão com a luta de rua dos oprimidos, aos quais geralmente reprimem, não pode ser melhor sintoma de que a revolução social se avizinha e que a burguesia está próxima a ser arrastada e expulsa por ser caduca e incapaz. A revolução social não poderá se dar sem antes os explorados não ganharem para seu campo a tropa e a oficialidade jovem do aparato repressivo do Estado.

O processo revolucionário se apoia nessa decomposição para ganhar ideologicamente as polícias e soldados e conven-

cê-los de que a solução de seus problemas está em dar a volta na tranca, abrindo as unidades policiais e militares para que os trabalhadores se armem e realizem, no momento adequado, a insurreição armada.

Como dissemos por ocasião do motim policial de 2003, a polícia já não voltará ser a mesma: delibera, quebrou a cadeia de comando e recorre à ação direta para reivindicar os seus direitos.

Ao fechar a nossa edição de 26 de junho de 2012, não havia ainda um acordo e os amotinados se encontravam em frente ao Vice Ministério do Governo, onde se negocia gritando nívelação ou nada.

Todos os explorados unidos
Derrotaremos a ordem burguesa esfomeadora
Pela Revolução Socialista

(Extraído do Jornal Massas, nº 2270, 29/6/2012, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bolívia

Frente à decisão governamental de retalhar a mina entre o Estado e os cooperativistas

Os mineiros exigem a estatização total de Colquiri

Mobilização nacional em defesa da mineradora estatizada e pela expulsão das multinacionais. Rechaçar a política mineira reacionária do governo, orientada a proteger os interesses das multinacionais e das cooperativas. Somente a mobilização geral pode evitar um banho de sangue entre mineiros assalariados e cooperativistas

Já havíamos denunciado que o governo tem a política de proteger os interesses das multinacionais (neste caso da suíça GLENCORE) e das cooperativas, setor que se comprometeu com a defesa do “processo de mudança” sempre e quando o

governo lhes permita depredar as jazidas mineralógicas mais ricas do País.

Garcia Linera e Juan Ramón Quintana afirmaram que a estatização de Colquiri é uma decisão irreversível, mas no marco

do respeito aos interesses de todos. Anunciou que se pagará uma indenização “justa” a Sinchi Wayra, levando em conta todos os investimentos que fez; os interesses das cooperativas, respeitando seus locais de trabalho e a última concessão da Beta Rosario e, finalmente, atender a exigência dos assalariados de estatizar as concessões feitas a Sinchi Wayra.

O que o governo decidiu é fazer um negócio que satisfaça plenamente a GLENCORE, enchendo-lhe os bolsos com uma indenização totalmente favorável a seus interesses, esquecendo que a multinacional saqueou a mina por muitos anos; retalhar a mina entre a COMIBOL e as cooperativas, entregando à voracidade destes últimos os filões mais ricos da jazida, como é a veia Rosario. Nestas condições, a empresa estatal acabaria operando a parte menos atraente da mina, com o agravante de inflar excessivamente suas planilhas com a incorporação de cooperativistas, como ocorreu em Huanuni.

Frente à manobra do governo que põe em perigo o destino de toda a mineração nacionalizada, os mineiros assalariados têm respondido categoricamente: a estatização deve ser total, tanto das concessões feitas a Sinchi Wayra como dos locais que atualmente estão explorando as cooperativas. Nessa medida, a COMIBOL deve ser a única que opere na mina.

As posições dos mineiros assalariados e dos cooperativistas são diametralmente opostas, porque estes últimos, por seu lado, também estão exigindo que o governo lhes entregue a totalidade da mina. Os dirigentes da FENCOMIN declararam um estado de emergência perante mais de cem mil filiados que dizem ter em todo o País. Já se produziram graves enfrentamentos em Colquiri, com um saldo de 19 feridos, o que obrigou o governo militarizar o distrito, transportando mais de mil

carabineiros e seiscentos efetivos do exército, com a finalidade de evitar maiores enfrentamentos e que, de nenhuma maneira, constitui uma solução ao problema que emerge da política mineira reacionária que pretende aplicar em clara proteção dos interesses das multinacionais e dos cooperativistas.

Os cooperativistas iniciaram bloqueios em Caracollo e no cruzamento da estrada entre Huanuni e Potosi (machacamarkita). Por outro lado, os mineiros assalariados de Huanuni declararam uma paralisação de 48 horas e decidiram ir, os cinco mil, a La Paz para exigir do governo a total nacionalização não só de Colquiri, mas sim de todas as minas que se encontram em mãos das multinacionais e dos empresários privados nacionais. A possibilidade dos enfrentamentos sangrentos saiu do âmbito de Colquiri e se estende a todo o território de Oruro e La Paz, porque Huanuni para ir à sede do governo tem de romper fisicamente os bloqueios dos cooperativistas.

Todos os setores filiados à COB têm de respaldar a posição dos mineiros assalariados de Huanuni, porque significa salvar a mineração da voracidade das multinacionais e da ação depredadora dos cooperativistas. A nacionalização total da mineração e a aplicação de uma tecnologia de ponta permitirá manter as margens de rentabilidade, reduzindo os custos de operação, frente a uma iminente queda dos preços dos minerais no mercado mundial. Se não for assim, se os preços dos minerais continuarem caindo, muito rapidamente pode entrar em colapso a única mina nacionalizada, que é Huanuni.

(extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, nº 2269, de 19 de junho)

Bolívia

Superar o governo pró-imperialista e pró-burguês do MAS

C.E. ‘César Lora’

A mentira, o engano e a demagogia hoje se vestem de teoria de alto nível com o denominado pós-modernismo, que, por trás de verborreia, inclusive marxistizante e radicaloide, esconde o mais profundo respeito e defesa do sistema capitalista explorador e o mais espantoso abandono do essencial dos ensinamentos do marxismo, que é a ciência da classe operária.

Garcia Linera, ideólogo do MAS, é o representante máximo desta suja manobra. Acoberta sua impostura em alguns casos com discursos eloquentes tirados dos textos do próprio Marx, mas esvaziando-os totalmente de seu conteúdo revolucionário.

Não basta declarar a unidade entre operários, camponeses e classes médias empobrecidas, esta unidade deve ser devidamente esclarecida. O governo do MAS se encarregou de afirmar que agora governam as organizações e os movimentos sociais, por isso devemos assinalar que não basta chegar ao parlamento, aos tribunais e às repartições públicas com ponchos, para dizer que este é um governo das maiorias. Sob a política entreguista e esfomeadora do MAS, todos estes indígenas se tornam serviçais das multinacionais, por isso dizemos que

a unidade entre os explorados e oprimidos unicamente pode se dar no marco de seus próprios interesses e guiados pela estratégia da revolução e ditadura do proletariado. Isto é, sob a direção política da classe operária.

A luta dos TPINIS tem demonstrado, juntamente a muitas outras lutas realizadas pela nação oprimida, que a verdadeira autodeterminação dos povos só é possível no marco da luta pelo fim dos fundamentos do regime capitalista e da construir a pátria socialista. Não é na promulgação de leis no parlamento burguês que as nacionalidades originárias obterão sua autodeterminação e desenvolvimento que tanto esperam, mas sim se somando à classe operária sob a perspectiva da revolução e ditadura proletárias.

Não há revolução modificando a Constituição, nem aprovando leis no parlamento, que em seguida as usam como papel higiênico. A revolução é obra do levante popular contra a miséria, a exploração e a opressão. As tarefas democrático-burguesas não cumpridas pela incapacidade da burguesia nativa e pelo saque imperialista, passaram a ser de responsabilidade da classe operária, na condição de se converter em dirigente

nacional.

É a classe operária e não os pequenos proprietários camponeses, cocaleiros, disfarçados de indígenas, que transformará radicalmente a realidade. A tarefa da luta pelo socialismo só pode ser consequentemente realizada pela classe que não possui nenhuma propriedade sobre os meios de produção e que para libertar-se de sua exploração necessita emancipar toda a nação oprimida por seus objetivos.

A estratégia revolucionária só pode ser concretizada sob a forma da ditadura do proletariado, odiada e combatida até o cansaço por toda a direita e que é maliciosamente distorcida por todo o aparato ideológico do imperialismo e pelos agentes nativos a seu serviço. A ditadura do proletariado não tem nada a ver com a ditadura corrupta e venal que praticou o estalinismo na ex União Soviética, tampouco com a burocracia que hoje se pratica no interior dos sindicatos, federações, confederações e na própria COB,

comprometidos com os desígnios do governo e que praticamente tem convertido os locais sindicais em oficinas do Estado burguês.

Tampouco se pode confundir com a ditadura fascista da direita, que é senão o esmagamento sangrento da classe operária pela burguesia para sustentar o regime capitalista.

A ditadura do proletariado é a garantia da defesa e da submissão da revolução social por um Estado operário, capaz de acordar com os distintos setores explorados e oprimidos, mas combater e reprimir todas tendências restauradoras da burguesia e repelir a invasão imperialista; é o governo das maiorias contra o das minorias burguesas e oligárquicas, é a mais ampla democracia a partir das bases para acabar com o regime de exploração e miséria.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, nº 2261)

Nina V. Vorovskaia⁽¹⁾

Nina Vorovskaia foi morta na idade de vinte e três anos, atingida por uma tuberculose aguda. Filha de V. V. Voroski, o velho revolucionário bolchevique assassinado por terroristas brancos, na Suíça (1923). Nina herdou de seu pai um caráter independente e obstinado, um talento multifacetário, um olhar penetrante e – desgraçadamente – também o terrível mal.

O que conhecemos da psicologia de Nina basta para explicar como e por que ingressou na Oposição ainda jovem. Desde que ingressou, mostrou-se que não tinha dúvidas, nem vacilações. Seu quarto de Moscou era um dos lugares de reunião da Oposição da Liga Juvenil Comunista e do partido. Nina se distanciava de seus amigos quando estes se distanciavam da Oposição, e foi expulsa da Liga Juvenil Comunista quando o partido resolveu que já não podia tolerar a liberdade de expressão.

Herdou de seu pai – aparentemente de sua mãe também – inclinações artísticas: foi uma boa artista gráfica. A enfermidade, crônica desde seus primeiros anos de vida, minou dolorosamente sua saúde e a impediu de desenvolver seus dotes.

Em princípios de 1929, Nina viajou para o estrangeiro para fazer um tratamento médico. Apesar de seu estado penoso, suas cartas revelavam um espírito valente, observador e irônico.

“X está sem trabalho – disse em uma carta datada de 21 de fevereiro de 1929 – porque resolveu de antemão que assim seria”. Em uma carta posterior a respeito de B., informou que havia sido preso e incomunicável em uma seção para presos políticos ... juntamente com cinquenta camaradas. Um camarada que passava por Leningrado fez algumas profecias recon-

Leon Trotsky – Publicado em março de 1931

fortantes a respeito do estado de ânimo geral; assim ela o relata: “Estamos crescendo, em lugar de um só caluniador agora há mais dois”.

No estrangeiro, submeteu-se a uma dolorosa intervenção cirúrgica (de tórax). Antes de que Nina pudesse recuperar-se, Moscou exigiu, por intermédio da embaixada, que voltasse de forma urgente. Foi lhe dito semioficialmente que a pressa da exigência se devia a problemas de ordem financeira. Na realidade, as autoridades haviam comprovado, sem dúvida, que Nina estava vinculada com os oposicionistas estrangeiros, e resolveram pôr fim a sua estadia imediatamente.

“Nina V. – escreveu-nos um amigo de Berlim – partiu, na segunda feira do dia 22, para Moscou. Estou espantado com sua partida, e muito receio que sofrerá uma recaída. Realmente, deveria prosseguir sua convalescência”.

Em Moscou, Nina se debilitou rapidamente. Mas, em suas últimas cartas, escritas quando já a enfermidade não lhe dava trégua, manteve seu caráter de pensadora independente, intransigente, de observadora irônica.

Escrevia com madura percepção sobre os homens e mulheres que capitulavam, sem perdoar as pessoas mais chegadas a ela.

O destino não permitiu desenvolver plenamente sua personalidade. Mas todos os que a conheceram guardam em sua memória essa imagem formosa e trágica.

.....

Nota

(1) Nina V. Vorovskaia- *Biulleten Opozitsi*, nº19, março de 1931. Traduzido (do inglês) para este volume (da edição norte-americana) por Jim Burnett

(Extraído da obra *Escritos*, León Trotsky, tomo II -1930-31, vol.1, Editorial Pluma)

Aquira com o distribuidor deste jornal:

Sobre a tática frentista
(coletânea de textos)



Guillermo Lora

Partido Operário Revolucionário

MASSAS